



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

**ANÁLISE DO PROGRAMA CREDITRABALHO NAS
PROPRIEDADES FAMILIARES DO DISTRITO
FEDERAL**

HERNANI MARQUES TAVARES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

BRASÍLIA/DF
FEVEREIRO DE 2010



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGOCIOS

**ANÁLISE DO PROGRAMA CREDITRABALHO NAS
PROPRIEDADES FAMILIARES DO DISTRITO FEDERAL**

HERNANI MARQUES TAVARES

ORIENTADOR: PROF. DR. MAURO EDUARDO DEL GROSSI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

PUBLICAÇÃO: 34/2010

BRASÍLIA/DF

FEVEREIRO/2010

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

TAVARES, Hernani. M. **Análise do Programa Creditrabalho nas propriedades familiares do Distrito Federal**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2010, 91p. Dissertação de Mestrado

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

TAVARES, Hernani Marques.

Análise do Programa Creditrabalho nas propriedades familiares do Distrito Federal /Hernani Marques Tavares; orientação de Mauro Eduardo Del Grossi – Brasília, 2010.

91p.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2010.

1. Creditrabalho. 2. Agricultura Familiar. 3. Crédito Rural. 4. PRONAF.

CDD ou CDU

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

**ANÁLISE DO PROGRAMA CREDITRABALHO NAS PROPRIEDADES
FAMILIARES DO DISTRITO FEDERAL**

HERNANI MARQUES TAVARES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA
AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS.

APROVADO POR:

MAURO EDUARDO DEL GROSSI, DOUTOR
(Universidade de Brasília/ UNB) - ORIENTADOR

FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO, DOUTOR
(Universidade de Brasília/ UNB)

OTAVIO VALENTIM BALSADI, DOUTOR
(EMBRAPA)

BRASÍLIA/DF, 22 DE FEVEREIRO DE 2010.

**A Deus, por sempre me conceder forças
ao longo da caminhada.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem me dado o dom da vida e em especial a minha querida mãe, que nunca mediu esforços para que eu pudesse ter uma vida repleta de felicidade, seu incentivo foi sempre o marco inicial de todas as minhas conquistas, a ela toda minha gratidão.

A minha grande companheira, meu ombro amigo, minha inspiração para lutar por uma vida melhor, a pessoa que sempre acreditou em mim quando muitos não acreditavam, a você Rosane meu eterno amor.

Aos meus sogros, por me tratarem como filho e por me proporcionarem experiências incríveis durante todos esses anos.

Ao meu orientador Mauro Eduardo Del Grossi, que me incentivou sempre, seu apoio e dedicação permitiram a continuidade desse trabalho. Nunca me esquecerei de seus conselhos e de sua compreensão com a minha pessoa.

Ao professor Dr. Flávio Botelho, por todos os grandes ensinamentos destinados a mim na graduação e no Mestrado.

Ao examinador Dr. Otávio Valentim Balsadi pelas oportunas considerações que vieram a contribuir com esse trabalho.

A professora Dra. Iara Altafin por ter ampliado a minha visão sobre a agricultura familiar brasileira. Suas aulas foram de grande importância para esse trabalho.

A Universidade de Brasília, e ao PROPAGA pela grande formação e capacitação que obtive durante todos esses anos. Aos meus colegas Fernando Gastal e Saulo Moreira, pelo auxílio ao longo de todo o Mestrado.

Aos funcionários da Emater, em especial Carlos Banci e Francisco Assis, pelo apoio nas pesquisas documentais e de campo.

Aos agricultores familiares das regiões de Taquara e de Rio Preto, por terem cedido parte de seus dias para a realização dos questionários dessa pesquisa.

ANÁLISE DO PROGRAMA CREDITRABALHO NAS PROPRIEDADES FAMILIARES DO DISTRITO FEDERAL

RESUMO

A agricultura familiar brasileira vem ganhando destaque entre as políticas públicas, com a emergência de políticas direcionadas para este público. Dentre estas políticas, os programas de crédito rural podem exercer importante papel na definição da atividade, da escala produtiva e na utilização de inovações tecnológicas. Nesse cenário surge o Programa de Creditrabalho no Distrito Federal, visando melhorar a qualidade de vida e da produção dos agricultores da região. O presente trabalho tem como objetivo analisar o programa de Creditrabalho, identificando o perfil do público atendido, e verificando se o programa distrital de crédito permite que seus beneficiários obtenham um incremento em seus sistemas produtivos. A pesquisa de campo foi realizada em 2009 nos núcleos rurais de Taquara e Rio Preto, dando maior atenção ao primeiro núcleo por apresentar uma grande quantidade de agricultores familiares obtentores do Creditrabalho. Foram realizadas 58 entrevistas com beneficiários do programa (45 entrevistas), com beneficiários do PRONAF (5) e com não beneficiários do Creditrabalho (8). Neste estudo, observou-se que os beneficiários do Creditrabalho possuem uma renda maior, e declararam que ocorreu um aumento da renda após o ingresso no Programa. Os entrevistados indicaram algumas dificuldades para acesso ao programa, principalmente a necessidade de um avalista, mesmo assim essa dificuldade não se tornou um motivo para o não acesso. Quanto à produção, os beneficiários declararam ter ocorrido aumentos da quantidade e na qualidade dos produtos, mas não existiu a comercialização de novos produtos. Observou-se que o valor liberado pelo Creditrabalho poderia, na opinião dos entrevistados, ser majorado. A assistência técnica associada ao crédito apresentou algumas limitações que não eram esperadas, como, por exemplo, agricultores que não receberam assistência técnica. Recomenda-se que o valor máximo do financiamento seja majorado, e que deveriam ocorrer mudanças administrativas visando aumentar a abrangência e a eficiência do Creditrabalho.

Palavras-chave: Creditrabalho, Crédito Rural, PRONAF, Agricultura familiar, Assistência Técnica.

ANALYSIS OF THE CREDITRABALHO PROGRAM IN FAMILY PROPERTIES OF THE FEDERAL DISTRICT

ABSTRACT

The family agriculture in Brazil has been gaining proeminence in public policy, with the emergence policies to address this family. Among these policies, rural credit programs can play an important role in defining the activity, the scale of production and the use of technological innovations. The Federal District Creditrabalho Program emerges in this scenario, to improve the quality of life and production of farmers in the region. This study aims to examine the Creditrabalho program identifying the profile of the public attended, and seeing if the district credit program allows beneficiaries to obtain an increase in their production systems. Field research was conducted in 2009 in rural communities of Taquara Rio Preto, giving more attention to the first by presenting more family farmers who benefited from Creditrabalho. 58 interviews were held with beneficiaries of the program (45 interviews), with beneficiaries of PRONAF (5) and those not benefitting the Creditrabalho (8). In this study, were observed that the beneficiaries of Creditrabalho have a higher income, and stated that there was an increase in income after enrolling in the program. Intervieweds indicated some difficulties in gaining entry to the program, especially the need for a guarantor, yet this difficulty did not become a reason for the lack of access. About the production, the beneficiaries reported increases have occurred in the quantity and quality of products, but there was no sells of new products. It was observed that the amount of offered by Creditrabalho could, in the opinion of respondents, be increased. The technical assistance associated with the credit had some limitations that were not expected, as, eg farmers who did not receive technical assistance. It is recommended that the maximum amount of funding be increased, and that administrative changes should occur to increase the coverage and efficiency of Creditrabalho.

Key-words: Creditrabalho, rural credit, PRONAF, family agriculture, technical assistance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
Objetivo geral	3
Objetivos específicos:	4
Problema da pesquisa	4
Hipóteses da pesquisa.....	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1- Agricultura familiar	5
2.2- Agricultura familiar no DF	10
2.3 – Microcrédito	12
2.4- Crédito rural.....	15
2.4.1 O sistema brasileiro de crédito rural	15
2.4.2 - Pronaf	16
3. METODOLOGIA.....	20
4. O PROGRAMA CREDITRABALHO	23
4.1- Histórico da região	23
4.2 - A cooperativa de Taquara (COOTAQUARA)	26
4.2.1- Desenvolvimento recente da região de Taquara	31
4.3 - Caracterização do creditrabalho no Distrito Federal	32
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
5.1. Perfil dos agricultores familiares entrevistados.....	46
5.2 - Caracterização da propriedade, produção e comercialização dos produtos.	53
5.3 – Referente à aquisição do crédito.....	57
5.4- Assistência técnica	63
6- CONCLUSÕES.....	67
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXO A.....	78

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Novos limites, taxas e prazos do Pronaf.....	20
Tabela 2 - Produtores entrevistados.....	23
Tabela 3 - Valores liberados pelo Creditrabalho aos produtores rurais.....	33
Tabela 4 - Quantidade de projetos liberados.....	33
Tabela 5 - Valores médios dos projetos de Creditrabalho.....	34
Tabela 6 - Renda Média antes e após o acesso ao Creditrabalho.....	43
Tabela 7 - Renda média após o acesso ao Creditrabalho.....	.43
Tabela 8 - Formas de acesso à terra pelos beneficiários do Creditrabalho.....	.45
Tabela 9 - Fontes de renda dos beneficiários do Creditrabalho e dos não beneficiários.....	46
Tabela 10 -Bens agrícolas e residenciais dos produtores entrevistados.....	48
Tabela 11 -Comparação da renda média total declarada pelos produtores.....	49
Tabela 12 -Grau de escolaridade e tempo de residência dos entrevistados.....	50
Tabela 13 -Média de pessoas da família trabalhando na atividade agrícola x média da quantidade de residentes.....	51
Tabela 14 -Condição de acesso a terra pelos entrevistados.....	53
Tabela 15 -Área Média da propriedade e da área destinada a produção.....	56
Tabela 16 -Forma de conhecimento dos programas.....	57
Tabela 17 -Entraves para a aquisição dos créditos relacionados.....	61
Tabela 18 -Dados referentes a produção e a comercialização.....	62
Tabela 19 -Dados referentes à assistência técnica dos beneficiários do Creditrabalho.....	65
Tabela 20 - Importância da assistência técnica.....	66

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Áreas Rurais do Distrito Federal.....	11
Figura 2 - Regiões Administrativas do Distrito Federal.....	20
Figura 3 - Valores comercializados anualmente pela Cootaquara.....	29
Figura 4 - Valores Brutos da Produção/ano.....	30
Figura 5 - Valores médios de custeio em 2006.....	35
Figura 6 - Valores médios de investimento em 2006.....	36
Figura 7 - Valores médios de investimento em 2007.....	36
Figura 8 - Valores médios de custeio em 2007.....	37
Figura 9 - Valores médios de custeio em 2008.....	38
Figura 10 - Valores médios de investimento em 2008.....	38
Figura 11 - Valores médios de investimento em 2009.....	39
Figura 12 - Valores médios de custeio em 2009	40
Figura 13 - Renda Média das regiões de Taquara e Rio Preto.....	42
Figura 14 - Média do aumento de renda declarado pelos entrevistados após o acesso ao Creditralho pelos beneficiários do programa.....	44
Figura 15 - Relação de funcionários nos estabelecimentos agropecuários...	55
Figura 16 - Finalidade da aquisição do crédito de investimento.....	59

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CEAPE.....	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra
DF.....	Distrito Federal
EMATER.....	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO.....	Food and Agriculture Organization
FUNSOL.....	Fundo de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda
GDF.....	Governo do Distrito Federal
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCR.....	Manual de Crédito Rural
MDA.....	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PIB.....	..Produto Interno Bruto
PRONAF.....	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF.....	Secretaria da Agricultura Familiar
SEDEST.....	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho
SNCR.....	Sistema Nacional de Crédito Rural
UNO.....	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o crédito rural se mostrou uma grande ferramenta de apoio aos agricultores familiares em todo mundo. No Brasil, o crédito rural foi uma grande impulsionador na modernização agrícola a partir dos anos 60, mas um crédito direcionado para as particularidades da agricultura familiar foi praticamente ignorado pelas políticas públicas federais até a criação do PRONAF, quando um crédito rural específico para o segmento da agricultura familiar ganhou volume de recursos e se tornou um importante instrumento de dinamização de suas economias.

Considerando que o agronegócio sempre foi um setor bastante ativo da economia, mas que possui intrinsecamente uma grande diversidade interna tornou-se necessário dirigir recursos específicos à agricultura familiar para atender as pressões de suas representações sociais, especialmente da CONTAG¹, visando à manutenção deste público no campo e o suprimento do mercado interno brasileiro com alimentos.

Sendo assim, foram criadas diversas linhas de apoio social e financeiro para que esses agricultores realizassem suas atividades de forma constante, procurando incrementar a quantidade e a qualidade de seus produtos.

Nos últimos 15 anos foram criados diversos programas na esfera federal que inovaram no modo de enxergar o agricultor familiar e os seus produtos. O mais importante deles continua sendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, pela abrangência de públicos e de recursos envolvidos, por meio de várias linhas de financiamento que serão mostradas no decorrer do trabalho.

¹ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Na esfera estadual, ações de apoio creditício à agricultura familiar também foram realizadas, e apesar de possuir recursos orçamentários bem menores, as ações regionalizadas muitas vezes proporcionam um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

O grande marco a ser destacado neste trabalho é a liberação de crédito aos agricultores familiares do Distrito Federal, que dispunham de poucas condições financeiras de incrementar suas atividades. Com o crédito, estes agricultores familiares tiveram a chance de melhorar a estrutura produtiva de suas propriedades.

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar o programa de crédito rural do Governo do Distrito Federal, conhecido como Creditrabalho. Para tanto o trabalho está dividido em três grandes tópicos.

O trabalho inicia-se com revisão sobre os temas relacionados ao crédito rural, tendo como foco os agricultores familiares. Para iniciar, foram apontadas algumas características da agricultura familiar brasileira, que permitem entender a importância do apoio financeiro na atividade familiar nos seus mais diferentes aspectos.

Esse apoio financeiro vem aumentando as possibilidades dos agricultores familiares, eliminando antigas barreiras que afastavam esses produtores do acesso ao mercado de crédito e de um maior desenvolvimento econômico.

Dando continuidade, o trabalho analisa algumas características dos agricultores familiares da região a ser estudada. Essa análise possibilita entender a realidade de vida dos agricultores familiares do DF e, conseqüentemente, suas necessidades. Em seguida, é feita uma breve explicação sobre o crédito rural e sobre os dois programas de crédito a serem abordados nesse trabalho:

a) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que atua no âmbito federal, auxiliando agricultores familiares dos mais diversos estados e nas mais diversas condições de vida.

b) O Creditrabalho, que atua dentro da agricultura familiar do Distrito Federal.

A última parte deste trabalho apresenta os resultados da pesquisa de campo, e aponta para alguns desafios futuros do Creditrabalho.

A proposta do presente trabalho é estudar a importância e alguns efeitos da entrada de capital, via Creditrabalho, dentro da propriedade e na vida dos produtores familiares do DF. Essas análises possibilitarão entender a necessidade de apoio financeiro demandada pelos agricultores familiares. Além de dar visibilidade e importância ao programa de Creditrabalho, essa pesquisa poderá servir de referência para futuras pesquisas sobre o referido programa, visto que não existem estudos específicos sobre o programa até a presente data.

Com essas análises será possível entender a importância do Creditrabalho para as famílias rurais estudadas. Além disso, a análise permitirá observar que o crédito rural pode ter diversas funcionalidades para famílias similares de uma mesma região.

OBJETIVO GERAL

Realizar uma análise detalhada do programa Creditrabalho, identificando o perfil do público atendido, e verificar se o programa distrital de crédito permitiu que seus beneficiários obtivessem um incremento em seus modelos produtivos, especialmente se ocorreram inserções de inovações tecnológicas, apoiando a continuidade ao agricultor familiar dentro da atividade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- I. Investigar o perfil do público atendido pelo programa e se o Creditrabalho atuou de forma benéfica na estrutura produtiva da agricultura familiar do Distrito Federal.
- II. Verificar se existiu complementaridade com o crédito do Pronaf.
- III. Analisar se a quantidade de numerário liberada pelo financiamento do Creditrabalho foi suficiente para incrementar a produção dos agricultores familiares do DF, e se este volume atendeu os anseios dos agricultores.

PROBLEMA DA PESQUISA

A grande questão referente a essa pesquisa é analisar o efeito do crédito rural distrital no modelo produtivo das propriedades familiares de dois núcleos rurais do DF.

Outro problema é a pouca visibilidade e conhecimento sobre o programa de Creditrabalho. Esse aspecto torna o presente trabalho uma importante ferramenta para demonstrar a possível eficiência e complementaridade de programas de crédito estaduais auxiliares do processo de desenvolvimento da agricultura familiar.

HIPÓTESES DA PESQUISA.

As hipóteses que orientaram esta pesquisa foram:

O Creditrabalho tem estimulado a produção dos agricultores beneficiados. Como a assistência técnica é parte integrante do programa, ela é bem aceita pelos agricultores familiares do DF, e tem logrado êxito em incrementar a renda dos beneficiários.

O montante de recursos disponibilizado pelo Creditrabalho não é suficiente para

atender todas as demandas de crédito dos produtores familiares da região estudada, e por esta razão é necessário complementar com outros programas de crédito, como o PRONAF.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar brasileira se mostra cada vez mais importante e vem contribuindo cada vez mais para o aumento do PIB brasileiro. A evolução da agricultura familiar vem contribuindo para melhorar as condições das pessoas que dela dependem que, por sua vez, podem viver mais tranquilamente em sua propriedade obtendo dela o sustento de toda a família.

Essa importância é evidenciada em números do Censo Agropecuário 2006: atualmente 84,4%, das quase 5 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiras são consideradas familiares. Ocupam uma área média de 18,37 ha, enquanto a média dos estabelecimentos não familiares é de aproximadamente 310 ha. As atividades familiares apresentaram o valor médio de produção de R\$ 13,99 mil e engloba 74,4% das pessoas que trabalham no setor agrícola (IBGE, 2009).

Cerca de 60% a 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural e 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Cerca de 70,0% do feijão consumido pelo país, alimento básico do prato da população brasileira, 87,0% da mandioca, 59% da produção de suínos, 58,0% da bovinocultura de leite, 46% do milho e 50,0% de aves e ovos (IBGE, 2009).

Definido oficialmente pela Lei 11.326/06 são considerados agricultores familiares aqueles produtores que atendam a alguns requisitos descritos no artigo 3º incisos de I a IV da referida lei.

“I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.” (Lei 11.326/06)

É muito comum o uso do termo agricultura familiar, porém são de extrema grandeza os diferentes conceitos dados ao referendado termo. Nos dias atuais vem sendo utilizado, em geral, para caracterizar uma pequena propriedade, gerenciados pelos membros da própria família, residindo na propriedade ou em local próximo, sendo um local de função produtiva e de consumo ao mesmo tempo (DENARDI, 2001).

Porém, como já chamava atenção Alexander Chayanov (1974), uma das principais características do modelo familiar de produção é o bem estar da família envolvida na atividade, já que a mesma trabalha para satisfazer suas necessidades e tentar dar prosseguimento à família rural. Com isso, possibilita que seus sucessores possam dar continuidade ao trabalho começado pelos patriarcas. A obtenção do lucro não é esquecida pelo agricultor familiar, ela só é colocada como secundária ao se comparar com a importância da família rural na atividade.

Em nosso País o agricultor familiar sofre de certo preconceito, de ser um cidadão pouco alfabetizado, sem infra-estrutura e de pouco conhecimento daquilo que faz. Segundo Altafin (2007), diversas foram às origens do agricultor familiar brasileiro, de índios e escravos a imigrantes europeus. O fato é que essa rotulagem negativa dada ao produtor familiar esconde da visão popular a grande importância

na produção de alimentos, e no abastecimento interno de produtos que esses agricultores possuem.

Wanderley (1989) constata que a agricultura familiar sofreu ao longo dos tempos uma transformação, mantendo-se como uma parte importante dentro da agricultura brasileira, mesmo em países que se encontram em níveis elevados do capitalismo. A continuidade dessa modernização também leva a outras características, como por exemplo, a redução da quantidade de pessoas integrantes da família rural, o que diminui a quantidade de mão-de-obra no seu estabelecimento agropecuário, sendo necessário que essa ausência seja suprida de alguma forma.

Nessa vertente, é interessante lembrar que mesmo em uma família de grande porte é visível a modificação da produção devido à diminuição da mão-de-obra. Acontece que ao crescerem, os filhos procuram formar suas famílias saindo da propriedade de maneira gradual até o momento que sobrem apenas os patriarcas, que deverão equiparar de alguma forma a ausência da mão-de-obra de seus filhos (WANDERLEY apud CHAYANOV, 1989).

Sendo assim, surge cada vez mais forte a necessidade investimentos produtivos e inovações tecnológicas, que possibilitem aos agricultores familiares utilizarem a mão de obra em conjunto com equipamentos e tecnologias originando um maior aproveitamento na relação área cultivada por pessoas envolvidas na atividade, o que gera consequentemente produtos com qualidades maiores possibilitando a família rural se ocupar de outras atividades na propriedade, em substituição ao trabalho que agora é realizado pelas máquinas (MATTEI, 2007).

Segundo Veiga (1998) é necessário que se entenda que a propriedade familiar possui grande capacidade de aceitação a novas tecnologias, mostrando-se mais competitiva do que a agricultura patronal em alguns produtos. Apesar disso, não se

pode afirmar que os agricultores familiares acompanham o mesmo ritmo de inovação dos grandes produtores, o que ocorre é que os produtores que compram os ativos daqueles que abandonam a atividade tem grande vantagem competitiva, mas apesar disso uma boa quantidade desses produtores só irá avançar ao viver com a pluriatividade, diversificando a sua renda com atividades não-agrícolas.

Segundo Schneider (2003) a pluriatividade pode ser vista como uma característica da agricultura familiar, já que em alguns países ou regiões, os trabalhadores e participantes da família rural optam por trabalhar em diversas atividades, inclusive as atividades não-agrícolas, continuando a morar no campo. O autor afirma que essas práticas são definidas individualmente ou por meio da família.

É importante também observar que a pluriatividade é um tópico muito importante da agricultura européia, sendo que sua presença não está somente relacionada à territorialidade, mas também está intimamente relacionada com as atividades agrícolas e não-agrícolas. O mesmo acontecendo no Brasil onde, em algumas regiões a proximidade da área rural com a urbana leva os agricultores familiares a incrementar a renda com atividades não-agrícolas.

É importante salientar que, segundo Del Grossi (2006), a definição e os estudos realizados com as ocupações agrícolas e não-agrícolas ajudam a definir a renda *per capita* dessas famílias. Sendo assim, famílias agrícolas são aquelas em que todos os membros exercem atividades agropecuárias como fontes principais de renda e as famílias não-agrícolas são aquelas que relatam exercer apenas atividades não-agrícolas. A pluriatividade seria o meio termo entre esses dois conceitos, ou seja, seria a mescla dessas atividades.

Schneider (2003) afirma que a permanência dos pequenos agricultores na terra está relacionada com a adaptação da agricultura familiar no sistema capitalista, que está presente nas demais atividades com as quais os agricultores se relacionam. Com isso, é de grande importância que não seja abandonada a visão empresarial da agricultura.

Ao pensarmos em uma visão de gestão moderna da agricultura familiar é impossível não imaginar uma modernização, introdução de inovações tecnológicas que auxiliem o agricultor familiar a exercer suas atividades. Esses fatores tecnológicos, que são de grande importância para a agricultura familiar, necessitam de um suporte financeiro acompanhado de perto por uma assistência técnica eficiente e disponível a todos que dela necessitam (ABRAMOVAY, 1992).

Nesse raciocínio, podemos afirmar que programas de crédito rural são fundamentais para manter o produtor familiar competitivo no mercado, contribuindo diretamente na elevação da qualidade de vida da família rural, e possibilitando dentre outros fatores a continuidade da propriedade rural, mantendo as futuras gerações na atividade agrícola (BITTENCOURT, 2001).

2.2- AGRICULTURA FAMILIAR NO DF

O Distrito Federal, unidade da federação brasileira localizado no Centro-Oeste do país conta com uma área de 5.789,16 Km² tendo atualmente cerca de 2 milhões de habitantes. Possui um clima de característica Tropical de Savana e Temperado Chuvoso de Inverno Seco e uma altitude de 1.172 metros do nível do mar (GDF).

O censo agropecuário de 2006 registrou o quantitativo de 3.955 estabelecimentos agropecuários no DF ocupando cerca de 250 mil hectares. A agricultura familiar do DF apresenta em larga maioria homens ocupando os estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2009).

A região rural do Distrito Federal se divide em 15 núcleos rurais, que rodeiam a área urbana da capital federal. Essa disposição geográfica possibilita uma alta pluriatividade. Devido à proximidade com as áreas urbanas, muitas pessoas incrementam a renda com atividades não-agrícolas, ou até mesmo possuem somente a renda da atividade não-agrícola, usando a área rural somente como local de residência (DEL GROSSI, 2006).

Alguns números demonstram a força da agricultura familiar no Distrito Federal: no ano de 2007 dos 7.145 ha de hortaliças produzidas no DF cerca de 4.500 ha foram produzidos por estabelecimentos familiares. Dos 1.432 ha de frutíferas, cerca de 850 ha foram de responsabilidade de agricultores familiares. Podemos também destacar a produção de tomate na área de hortaliças e de limão tahiti nas frutíferas (EMATER, 2007, IPAGRICOLA).

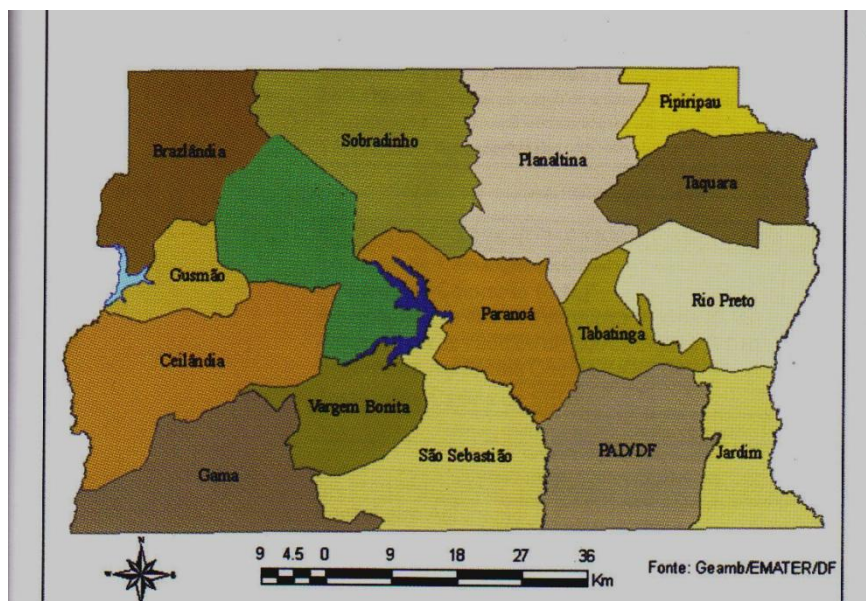


Figura 1. Áreas Rurais do Distrito Federal

Fonte: Geamb/EMATER/DF

A figura 1 ilustra as 15 áreas/regiões rurais do Distrito Federal, sendo que as regiões de Taquara, Rio Preto, Jardim e Píripau concentram grande parte das estabelecimentos rurais familiares do DF e, conseqüentemente, a maior parte da produção familiar. Nessa região é muito comum a produção de olerícolas, principalmente o tomate que é por sinal a maior cultura olerícola produzida no DF, atingindo, em 2007, 25.803,51 de toneladas (EMATER, 2007, IPAGRICOLA).

A produção da agricultura familiar no DF vem atingindo índices cada vez mais altos decorrentes, em grande parte, da difusão de inovação tecnológica, implantação de novos cultivares, assistência técnica eficiente e constante.

De acordo com análises feitas pela EMATER/DF, a presença de uma boa instituição de ensino -Universidade de Brasília- órgãos de pesquisas oficiais como, por exemplo, a EMBRAPA e entre outros o crédito rural, fornecidos por bancos oficiais e privados são outros fatores que auxiliam na evolução da agricultura familiar da região. Com isso, é possível a inserção de novas tecnologias agrícolas, alcançadas por meio de pesquisas acadêmicas e de órgãos de pesquisa e de

mecanismos de aplicação dessas novas tecnologias alcançados pela aquisição de implementos tecnológicos que auxiliam na produção (EMATER, 2007, IPAGRICOLA).

A EMATER/DF possui alguns dados que aqui já foram, em grande parte, apresentados, mas ainda é sentida a ausência de uma separação dos dados da agricultura familiar e da patronal, assim com da maioria das culturas produzidas por ambas.

2.3 – MICROCRÉDITO

Nesta seção será feita uma breve revisão do microcrédito, ao que se enquadra o Credittrabalho. O mais clássico exemplo e indicador do início do Microcrédito estão relacionados com o professor Muhammad Yunus, que começou emprestando, em meados de 1982, quantias de R\$ 27,00 para 42 famílias pobres de Bangladesh. Hoje, o professor, que criou o Banco do Povo, empresta cerca de 1,5 milhões de dólares e atende 38 mil aldeias e tem 2,27 milhões de clientes (JOLIS E YUNUS, 2000).

O Microcrédito é uma modalidade de financiamento que permite o acesso dos pequenos e médios empreendedores ao crédito. Surgiu do anseio de se criar uma alternativa de crédito para quem não tem acesso ao sistema formal de crédito, e obter alguma forma de financiar e expandir um pequeno negócio (TOMELIN, 2003).

Tradicionalmente, o crédito é fornecido baseado nas garantias. Já o microcrédito é fornecido baseado em uma análise sócio-econômica do futuro beneficiário. O Microcrédito democratiza o acesso ao crédito do qual grande parte dos brasileiros está excluída. A geração de trabalho e renda para as famílias de baixa renda favorece alternativas de ocupação e aumento de produtividade. O

resultado atingindo com a obtenção do microcrédito resulta em melhores condições de saúde, habitação e educação (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2006).

Segundo o BACEN, o crédito no Brasil passou de 28,1% do PIB, em 2005, para 33,1%, em 2006. O ideal seria ter uma relação parecida com a de países com uma economia mais estável, como o Chile, onde o crédito representa 82,3% do PIB.

Segundo Tomelin (2003), muitos são os programas incentivadores do Microcrédito no Brasil. Como exemplo, podemos citar o programa UNO², a rede CEAPE³, o Banco da Mulher e a Caixa Econômica Federal.

O Banco da Mulher foi criado em 1984, com o objetivo de melhorar a aquisição ao crédito a determinada classe de pessoas. O Banco já financiou os anseios de 45 mil microempresários sendo que 88% desses são mulheres. Os recursos para o crédito vêm de bancos de fomento como o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (TOMELIN, 2003)

A rede CEAPE – Programa de Apoio aos pequenos Empreendedores é centrado na oferta de microcrédito a pequenos empreendedores que não possuem acesso ao crédito institucional. A rede esta localizada em 13 estados e nas cinco regiões brasileiras. A CEAPE visa fortalecer a capacidade dos empreendedores de darem continuidade a suas atividades. (FENAPE,1996)

O microcrédito Brasileiro foi oficializado através da Resolução do Banco Central número 3.106 de 25 de junho de 2003

2.3.1- Economia Solidária.

A economia solidária surge como uma alternativa para um desenvolvimento sustentável dando aos trabalhadores uma forma de trabalho e renda diferente da conseguida por meio do capitalismo industrial. A economia solidária surgiu no Brasil

² União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações.

³ Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos.

no final do século XX e teve como grande marco a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Snaes) que faz parte da estrutura do Ministério do Trabalho Emprego. (Singer, 2002)

As atividades de uma economia solidária são organizadas nas mais diferentes formas como, por exemplo, cooperativas, clubes de troca e associações. Segundo o MTE, a economia solidária tem as seguintes características:

- a. Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc.
- b. Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc.
- c. Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.
- d. Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes (MTE 2010)

A economia solidária é atualmente uma das principais fontes de combate a pobreza e a fome sendo uma auxiliadora no processo de melhoria na qualidade de vida das pessoas mais necessitadas. Isso ocorre, pois os membros de uma comunidade ou grupo social agrupam suas pequenas rendas ou suas mãos de obra em um objetivo comum, fazendo com que o maior número de pessoas sejam beneficiadas por essas ações visando uma nova idéia de redistribuição de renda visando um crescimento econômico cada vez mais sustentável. (Singer, 2002).

2.4- CRÉDITO RURAL

O crédito rural é um crédito bancário que vem atender às necessidades dos empreendimentos do homem do campo. É a liberação de recursos financeiros por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. (BACEN, 2009)

Segundo o Manual de Crédito Rural do BACEN são objetivos do crédito rural

- a) estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoa física ou jurídica equiparada aos produtores;
- b) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- c) fortalecer o setor rural;
- d) incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo;
- e) propiciar, através de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;
- f) desenvolver atividades florestais e pesqueiras;
- g) quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos da Lei nº 11.326, de 24/7/2006, estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados. (Lei nº 8171/91)

2.4.1 O sistema brasileiro de crédito rural

O crédito rural brasileiro, oficialmente, teve seu início na década de 60 com o advento da lei 4829/65, tendo como principais objetivos: o estímulo ao crescimento ordenado de investimentos rurais; o favorecimento do custeio e da comercialização de produtos agrícolas; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios e incentivar a inserção de métodos racionais de

produção, almejando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.

Atualmente, é classificado com crédito de custeio, de investimento e de comercialização de produtos agropecuários. Tem por objetivos básicos o estímulo aos investimentos rurais, o benefício do custeio da produção agrícola, além da comercialização dos produtos (SCHNEIDER, 2006).

Segundo as normas do Banco Central do Brasil – BACEN o crédito rural pode ser usado tanto pelos produtores, quanto por cooperativas agrícolas que reúnem grupos de agricultores de uma mesma região ou que comercializam os mesmos produtos. Também podem ter acesso ao crédito rural as pessoas físicas e jurídicas que não sejam produtores rurais, desde que se dediquem a atividades relacionadas ao meio rural como, por exemplo:

- a) pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas;
- b) pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial;
- c) prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para a proteção do solo;
- d) prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais;
- e) exploração de pesca, com fins comerciais.

.

2.4.2 - Pronaf

Inserido no Sistema Nacional de Crédito Rural, o PRONAF tem sido um dos principais fatores que contribuíram para o grande desempenho da agricultura familiar nos últimos anos, e sem dúvida foi o mais marcante na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro (SCHNEIDER, 2004).

Em 1995, o PRONAF foi criado, visando melhorar o desenvolvimento rural por meio da implantação de políticas públicas. O programa surgiu em uma época em que os elevados custos de produção e a falta de crédito eram acusados de serem os verdadeiros entraves para o crescimento dos agricultores familiares. Naquele momento foi uma resposta do Governo Federal às reivindicações do “Grito da Terra”, promovidas anualmente pela CONTAG. O PRONAF tem como principais objetivos a elevação da produção agrícola, o aumento da renda e a melhoria de vida dos agricultores familiares (GUANZIROLI, 2006).

Segundo Bittencourt (2001), apesar de sofrer alguns entraves devido às dificuldades impostas pelas instituições financeiras, o programa obteve ao longo dos anos um acentuado êxito, pois conseguiu atender uma grande quantidade de agricultores familiares.

Na safra 2005/2006, o Pronaf promoveu a inclusão social de quase dois milhões de agricultores. Foram 1.913.043 contratos, totalizando um investimento de 7,61 bilhões. No ano de 2004, mais de 1,57 milhões de pessoas firmaram contratos do Pronaf, contra apenas 953,2 mil em 2002. O volume de recursos destinado pelo governo ao financiamento rural de agricultores familiares também apresentou expressivo crescimento passando de R\$ 2,4 bilhões, em 2002, para R\$ 5,6 bilhões em 2004, o que representa um incremento de 134,2%. Para a safra 2006/2007, o governo federal colocou à disposição dos agricultores familiares de todo o País R\$ 10 bilhões em financiamento rural do Pronaf, com a meta de alcançar dois milhões de agricultores. A liberação de crédito do Pronaf vem formando retas cada vez mais ascendentes, apesar dos entraves gerados pelo sistema bancário público e pela dificuldade de ajuste dos valores no OGU (Orçamento Geral da União) (GUANZIROLI, 2006).

Esses dados demonstram, de forma evidente, que financiamentos a juros baixos e com longos prazos de pagamentos são fundamentais para que os agricultores familiares possam se capitalizar por meio do crédito rural.

Portanto, cabe afirmar que as taxas de juros e os prazos são pontos importantes para o pleno funcionamento do PRONAF, fazendo com que os produtores escolham investimentos mais adequados as suas capacidades de pagamento (GUANZIROLI, 2006).

Ao longo de 13 anos de vida o PRONAF vem alcançando uma série de conquistas. Entre elas podem ser destacadas:

- “Grande alcance do Programa, distribuído em todo o território nacional e cerca de dois milhões de famílias inseridas;
- As mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais;
- Alcance do público de mais baixa renda com cerca de 60% das operações alcançando os grupos de mais baixa renda;
- Focalização dos subsídios aos mais descapitalizados e acesso as fontes do Sistema Nacional de Crédito Rural, além do OGU;
- Baixa inadimplência (em torno de 2,5%);
- Compartilhamento dos custos e do risco com o sistema financeiro e a União;
- Dinâmica consolidada de construção dos Planos de Safra em parceria e diálogo com os movimentos sociais rurais”. (Ministério do Desenvolvimento Agrário SAF 2008)

As ações do Pronaf estão presentes em todas as regiões brasileiras e seu crescimento também é visível em todas as regiões. Segundo Mattei (2005) houve um crescimento notável na região centro-oeste tanto no percentual de recursos, quanto no acesso dos produtores familiares à tecnologia. Também é perceptível um grande aumento no acesso dos produtores familiares à assistência técnica.

Em meados de julho 2009 o Pronaf ganhou algumas alterações que objetivaram simplificar suas ações, os agricultores familiares poderão adquirir o crédito rural

conforme as suas necessidades já que a taxa de juros será definida pelo valor a ser financiado (SAF 2008).

Entre as principais mudanças está a extinção dos grupos C, D e E, que foi organizado em uma única categoria chamada de “agricultura familiar”. Os grupos A e B não foram modificados e as linhas especiais (vide Tabela 1) continuam em vigor. As mudanças também ocorreram nas taxas de juros que foram reduzidas tanto para os financiamentos de custeio quanto para os de investimento (BACEN 2008).

Anualmente são feitas alterações no PRONAF, quando algumas linhas de crédito são modificadas para melhor adequação do programa às necessidades dos agricultores. Na safra 2009/2010 foi criado o programa Mais Alimentos, que foi criado com o objetivo de modernizar a produção das unidades familiares em todo o território nacional. (MDA 2010)

Tabela 1. Novos limites, taxas e prazos do Pronaf (a partir do dia 1° de julho de 2008).

Linha de Crédito	Limites (R\$)	Taxa de juros	Prazo de reembolso
Pronaf Agroindústria	até 18.000 (pessoa física)	1 a 2% a.a	até 8 anos
Pronaf Floresta	até 10.000	1% a.a	até 12 anos
Pronaf Semi- Árido	até 7.000	1% a.a	até 10 anos
Pronaf Mulher	até 1.500	1 a 5% a.a	até 8 anos
Pronaf Jovem	até 7.000	1% a.a	até 10 anos
Pronaf Custeio	até 5.000(pessoa física)	4% a.a	até 12 anos
Pronaf Cotas-Partes	até 5.000	4% a.a	entre 3 e 6 anos
Pronaf Agroecologia	de 7.000 a 36.000	1 a 5% a.a	até 8 anos
Microcrédito Rural – Gr B	até 1.500	0,5% a.a	até 2 anos
Pronaf Investimento	até 36.000	1 a 5% a.a	até 10 anos
Pronaf Mais Alimentos	até 100.000	2% a.a	até 10 anos

Fonte: Banco Central do Brasil. Resolução 3.559/2008.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho realizou uma pesquisa de campo, com entrevista direta com agricultores familiares. Para tanto foram utilizados questionários estruturados de pesquisa em campo, e a coleta dos dados foi realizada por meio de pesquisas documental, bibliográfica e de campo.

A coleta de dados foi realizada nas regiões de Taquara e Rio Preto em 2009,

que ficam localizadas a Nordeste do centro do DF, e tendo como principal foco a primeira (Taquara). Essas regiões foram escolhidas por conterem a maior quantidade de agricultores familiares do DF e por apresentarem grandes números de beneficiários do Creditrabalho, com aproximadamente 50% do total de projetos.

O núcleo rural de Taquara apresenta, em sua maioria, produtores de hortaliças e que conta com uma grande cooperativa agrícola - Cootaquara.

Já o núcleo rural de Rio Preto, localizado próximo ao núcleo rural de Taquara, mas que apresenta algumas peculiaridades produtivas, além de uma diferente qualidade de vida dos agricultores familiares em relação ao núcleo rural de Taquara.

Numa primeira visita a campo, foi feito o reconhecimento da região a ser estudada, e observou-se o perfil produtivo dos produtores familiares obtentores do crédito distrital e do Pronaf. Nessa ocasião, foram levantadas informações de técnicos da Emater/DF e de representantes dos agricultores, visando dar maior eficiência ao trabalho.

A partir de então, foram realizados os questionários para agricultores familiares beneficiários do Creditrabalho, do Pronaf e não beneficiários dos dois programas, visando comparar os resultados encontrados. Todos os entrevistados foram selecionados com auxílio da Emater e da Cootaquara, o que proporcionou a escolha de agricultores que contribuíram substancialmente para a realização do trabalho.

Desta forma, foram realizadas 58 entrevistas, sendo: 45 agricultores familiares beneficiários do Creditrabalho. Na região de Taquara foram entrevistados 38 produtores beneficiários, e na região de Rio Preto foram entrevistados 7 produtores beneficiários. Foram realizados também 5 questionários com beneficiários exclusivos do PRONAF, e 8 questionários foram aplicados a agricultores que não são beneficiários de nenhum dos dois programas.

Apesar do programa de crédito atender tanto a agricultores familiares quanto patronais, os questionários foram aplicados somente a agricultores familiares beneficiários do Creditrabalho.

Os não beneficiários foram escolhidos por meio do contato direto com os representantes da Emater nas áreas estudadas. Foram selecionados agricultores com estabelecimentos assistidos pelos técnicos da Emater, e que apresentaram proximidade com a Cooperativa e com outros incentivos governamentais, exceto na utilização do Creditrabalho.

Foram entrevistados conforme mostra a Tabela 2 poucos representantes da região de Rio Preto, pois o foco do estudo se concentra na região de Taquara já que esta possui o maior número de agricultores familiares pertencentes ao programa de Creditrabalho.

Tabela 2: Produtores entrevistados.

Produtores	Taquara	Rio Preto
Beneficiários Creditrabalho	38	07
Exclusivamente Pronafianos	05	00
Não Beneficiários	07	01
TOTAL	50	08

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

A quantidade de questionários foi escolhida de acordo com a disponibilidade de agricultores familiares beneficiários nas regiões de Taquara e Rio Preto, já que estas são as principais regiões familiares do DF. Essa seleção visou alcançar uma qualidade nas entrevistas, possibilitando alcançar as respostas para os objetivos almejados na pesquisa. Todos os questionários dessa pesquisa encontram-se nos anexos.

4. O PROGRAMA CREDITRABALHO

4.1- HISTÓRICO DA REGIÃO

Essa sessão apresentará uma breve exposição da cidade de Planaltina que engloba territorialmente os núcleos rurais de Taquara e Rio Preto. Serão abordados a história da cidade e os principais aspectos de sua cultura o que influencia no entendimento dos núcleos rurais estudados. Essas informações serão úteis para o leitor conhecer a região que está sendo estudada. Os dados foram baseados nas informações do site da cidade referenciado na bibliografia.

A figura 2 apresenta toda a área do Distrito Federal, Atualmente o Distrito Federal é constituído por 29 regiões administrativas sendo que a de Planaltina foi uma das primeiras a serem criadas (GDF).



Figura 2: Regiões Administrativas do Distrito Federal

Fonte: www.setur.df.gov.br

Observa-se que Planaltina é a região com maior área demográfica, tendo atualmente 1.534,69 km². Está localizada a 38 km de distância da Capital Brasília e conta com a quinta maior população do DF, com aproximadamente 230 mil habitantes.

Não se sabe ao certo, mas acredita-se que a fundação de Planaltina ocorreu em 1790. Era uma região utilizada como ponto de passagem da estrada real que escoava o ouro e esmeralda retirada do local e de regiões vizinhas. De acordo com a tradição local, o primeiro nome do povoado foi Mestre D'armas, pois naquela época apareceu na região um profissional da arte de arrumar e controlar armas, e que devido à habilidade que tinha e ao reconhecimento do seu serviço, recebeu o título de Mestre.

Alguns anos depois, o território Mestre D'armas tornou-se uma Vila e, em 19 de agosto de 1859, pela Lei nº 03 da Assembléia Provincial de Goiás, criou-se o Distrito de Mestre D'armas, que nos termos da Lei ficou pertencendo ao município de Formosa. Esta data acima citada passou a ser a data oficial (legal) da fundação da Cidade de Planaltina, nos termos do disposto no artigo 2º do Decreto "N" nº 571, de 19 de janeiro de 1967.

Em 1910, o nome Mestre D'armas foi alterado para Altamir. Essa mudança foi justificada pela beleza do local visto do alto. Sete anos depois, em 1917, a região passou por várias mudanças.

Foi um ano de grande importância para a região, pois a Vila começou a receber indústrias, empresas de curtume, fábrica de calçados e até usina hidrelétrica. Essa transformação gerou desenvolvimento para o local garantindo trabalho e renda para a população.

Neste mesmo ano em 14 de julho, pela lei nº 451, a Vila Mestre D'armas passa a denominar-se Planaltina.

O quadrilátero do Distrito Federal sobrepôs, na época de sua delimitação (1955) a três municípios goianos. Um deles foi o de Planaltina, que teve seu território dividido em duas partes.

A sede e sua estrutura administrativa ficaram dentro da área do Distrito Federal, então ela perdeu a condição de sede de município e passou a ser considerada como uma das cidades Satélites do Distrito Federal. A outra parte do município que ficou fora do quadrilátero do Distrito Federal, passou a se chamar Planaltina de Goiás, conhecida como “Brasilinha”.

Segundo o GDF, a cidade de Planaltina possui várias atribuições e projetos para o setor agrícola, ou seja, para as suas três regiões agrícolas Taquara, Rio Preto e Pípiripau. Dentre os principais podemos citar:

- Acompanhar a implementação da política governamental, projetos e programas referentes às atividades agropecuárias e de agroindústria do Distrito;
- Manter atualizado cadastro das atividades agropecuárias, seus problemas e potencialidades;
- Manter atualizado o cadastro de associações, cooperativas, número de produtores e de estabelecimentos rurais existentes;
- Promover a integração dos trabalhos da Gerência de Apoio Industrial e Rural e dos produtores rurais da região, com a Secretaria de Agricultura e outros órgãos ligados à agropecuária do Distrito Federal e entorno;
- Coordenar, em sua jurisdição trabalhos para o desenvolvimento rural integrado das Regiões Administrativas do Distrito Federal;

- Promover o incentivo à agropecuária, ao associativismo ao cooperativismo, à produção de alimentos, ao abastecimento e armazenagem;
- Promover, apoiar e organizar eventos e programas de interesse de produtores rurais e agroindustriais;
- Promover a implantação de viveiros de plantas e do programa de hortas e currais comunitários e outras atividades específicas à área de atuação;
- Obter e divulgar informações de interesse dos produtores rurais;
- Acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas que objetivam o crescimento dos produtores rurais de baixa renda.

4.2 - A COOPERATIVA DE TAQUARA (COOTAQUARA)

A cooperativa agrícola de Taquara - Cootaquara é uma grande colaboradora do desenvolvimento social e do crescimento agrícola da região.

De acordo com dados da Emater/DF, em 1992 havia na região de Taquara, Núcleo Rural de Planaltina-DF, apenas 20 agricultores. Destes, apenas três possuíam estufas.

Cada produtor tinha para produzir, em média, menos de 0,5 hectare de terra, valor muito pequeno quando se trabalha com produção agropecuária. Atualmente, Taquara possui 30 hectares cobertos com estufa e uma safra aproximada de 3 toneladas/ano.

Em 1997, nasceu a Associação dos Horticultores da Taquara e Pipiripau, que tinha como principal objetivo a comercialização dos produtos dos associados.

Em relação aos núcleos rurais do DF, deve-se dar maior atenção às regiões de Pipiripau e principalmente de Taquara, pois são as áreas pertencentes à Planaltina e que são o foco de análise desse trabalho.

Com o desenvolvimento da região, com a maior demanda da população por produtos de qualidade e em maior quantidade, além de uma melhor organização e profissionalismo da associação, necessitou-se a formação de uma organização institucional mais evoluída, então foi criada em janeiro de 2001 a Cootaquara.

A cooperativa iniciou-se com quatro funcionários e um carro emprestado. Atualmente, tem 37 empregados, quatro caminhões, um departamento agropecuário com fornecimento de insumos aos cooperados, uma câmara fria, além de equipamentos diversos. A Cootaquara conquistou reconhecimento no mercado e, devido à sua estrutura organizada, tem influenciado os canais de comercialização, com reflexos positivos para os produtores e para a população local, que comercializam uma grande variedade de produtos, beneficiando mais de 140 produtores.

A cooperativa conta com 131 cooperados que produzem vários produtos, em especial o pimentão. São comercializados mais de 40 diferentes produtos para as grandes redes de supermercados do DF, beneficiando mais de 140 produtores da região. Como dito anteriormente, o pimentão é o carro-chefe da comercialização, atuando como vitrine e promovendo reflexos positivos em todos os produtos complementares, cuja produção também tem aumentado na região.

As outras verduras, legumes e frutas que complementam a produção são a cenoura, o repolho, a beterraba, o tomate, o jiló, a berinjela e alguns outros. Essa diversidade beneficiou os pequenos agricultores, que por não terem condições de montar estrutura para produzir pimentão de qualidade com alta tecnologia, viram ali a possibilidade de levar vantagens, vendendo outros produtos.

Outro produto também registrado com grande destaque na região é o frango industrial. A região possui a maior concentração de criação de frango do País. São 82 balcões de aves em um raio de apenas 15 quilômetros.

Para ter sucesso, a empresa precisa colocar no mercado produtos de alta qualidade e com preços competitivos. Os produtos da Cootaquara já são reconhecidamente de boa qualidade e para garantir bons preços, a cooperativa tem investido na compra de insumos no atacado com intuito de reduzir o custo de produção das hortaliças e assim garantir preços competitivos dos produtos.

Para realização dessa estratégia foi criado pelos cooperados um departamento agropecuário, que tem um gerente que faz todos os contatos com as empresas para adquirir os insumos de acordo com a demanda dos cooperados.

O efeito dessa iniciativa é que os agricultores conseguem, na cooperativa, insumos até 40% mais baratos em relação aos preços dos concorrentes.

As relações que ocorrem na Cooperativa de Taquara podem ser entendidas como uma network, ou seja, uma rede de relações onde uma parte é dependente de recursos ou decisões controladas por uma outra parte da rede, por exemplo: os produtores precisam da Cooperativa para comercializar seus produtos e a Cooperativa precisa dos produtores para ter produtos suficientes para abastecer seus clientes. Essas relações em conjunto podem gerar ganhos sociais e financeiros aos envolvidos, e consequentemente garantir à estes competitividade e sustentabilidade em seus negócios.

A região de Taquara se caracterizou como network quando os produtores rurais promoveram a sua organização por meio de uma cooperativa. Antes, cada um dos produtores rurais agia com total autonomia individual de decisão, quanto à forma e canal de comercialização, e após a formação de rede por meio da cooperativa,

esses produtores passaram a um sistema flexível onde cada um é dependente da atividade e da produção de outros.

Dessa maneira, a Cootaquara pode ser considerada como uma rede de interesses formada por vários produtores rurais associados, que estariam agindo em comum e com maior intensidade. A cooperativa é uma network que tem credibilidade do produtor rural por ser de interesse do próprio produtor que em tese tende a utilizar os serviços da cooperativa, como dar preferência à assistência técnica da cooperativa, usar instrumentos e respeitar os critérios de sua cooperativa.

Essa rede é estimulada como uma forma de promover o desenvolvimento e a garantia de renda para o associado (BIALOSKORSKI et al., 2002b). A figura 3 ilustra o crescimento da Cootaquara em relação ao valor adquirido por ano com a comercialização de produtos entregues pelos cooperados. Muito desse crescimento é originário dessa rede de interesses e do grau de confiança existente entre os produtores e a cooperativa, o que permite que a cooperativa tenha certeza da qualidade dos produtos e os cooperados tenham a certeza do pagamento pelo produto que entregaram.

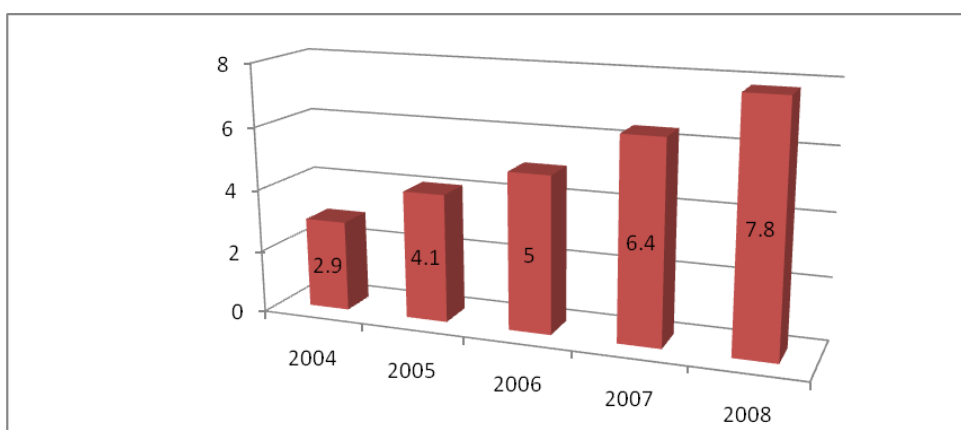


Figura 3. Valores correntes comercializados anualmente pela Cootaquara. (milhões de reais em valores correntes)

Fonte: pesquisa de campo 2009, a partir de informações da Cootaquara.

A região de Taquara mostra ao longo do tempo um grande diferencial produtivo devido ao apoio fornecido pela Cootaquara, empurrando a produção para patamares mais elevados.

São ao todo 450 hectares de produção de olerícolas, sendo que mais de 19 mil toneladas são comercializadas por ano, o que gera uma grande mobilização local incentivando a produção. Prova disso é a presença de 260 produtores que geram anualmente mais de 1.200 empregos diretos (EMATER-DF).

Outras atividades vem ganhando espaço na dinâmica da região, como é o caso da piscicultura, que conta com 35 produtores em um total de 28 hectares. Além do crescimento da criação de bovinos leiteiros e de carne, suínos, ovinos e aves industriais.

A figura 4 demonstra o predomínio da produção de olerícolas na região, sendo que dos 77% produzidos, 80% é destinado ao pimentão em estufa, enquanto os outros 20% estão bem divididos entre culturas como o tomate, o jiló e a abobrinha entre outros.

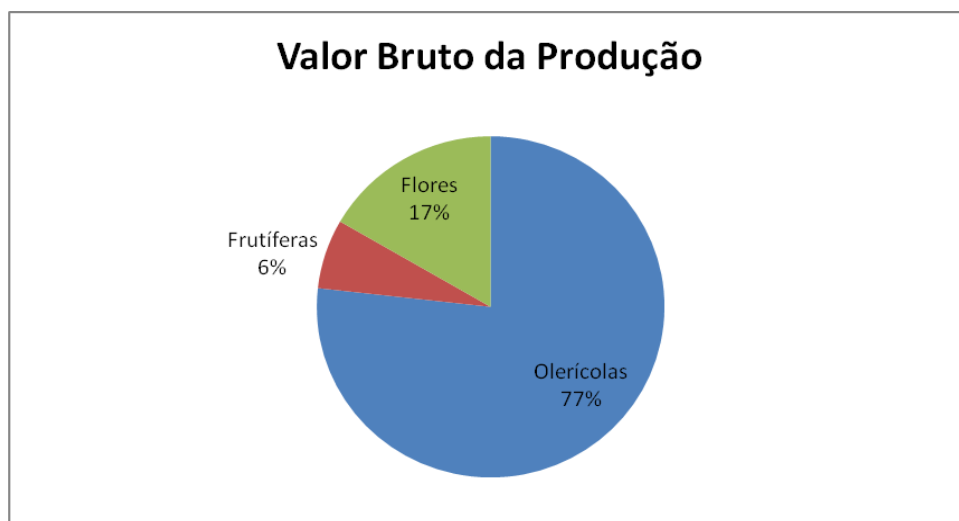


Figura 4 – Valores Brutos da Produção/ano.
Fonte: Pesquisa de campo 2009

4.2.1- Desenvolvimento recente da região de Taquara

Nos últimos cinco anos foram construídos dois postos policiais na região, garantindo maior segurança para a população. Foi construído também um escritório para a associação dos moradores, com o intuito de facilitar o debate entre eles para discutir sobre as condições atuais e quais pontos podem ser melhorados.

Devido à pressão feita pelos agricultores e pela cooperativa, foram instalados telefones fixos nos estabelecimentos, o que permitiu um maior acompanhamento da cooperativa perante as atividades dos cooperados.

Por meio da PRECOMTAQ (Prefeitura Comunitária de Taquara), foram idealizados programas contínuos de saneamento básico e de incentivo à melhoria da educação e a saúde dos moradores.

Foram construídas também escolas comunitárias que auxiliam na formação dos jovens e até capacitam os moradores nas mais diversas atividades, tais como iniciação à informática, práticas de esportes, aulas de culinária com receitas que utilizam pimentão, peças de teatros com participação dos alunos, cursos de capacitação sobre produção agrícola, entre outras.

Porém, é importante salientar que desenvolvimento econômico, não leva, por si só, a uma melhoria na qualidade de vida dos habitantes do local. São necessárias ações que atinjam a todos os membros de uma sociedade e que propiciem melhorias e garantias de uma vivência mais justa e menos desigual.

O fato, é que existe um compromisso de todos com o desenvolvimento socioeconômico da comunidade e da cooperativa, já que esta impulsiona de forma direta o crescimento daquela.

4.3 - CARACTERIZAÇÃO DO CREDITRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

O programa de auxílio ao produtor rural do Distrito Federal conhecido como Creditrabalho, vem conquistando um espaço cada vez maior entre os produtores familiares. O Creditrabalho foi criado pela lei complementar 05/1995, e era chamado de Fundo de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda do DF- FUNSOL (MATSUURA, 2008).

É um programa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do Distrito Federal - SEDEST sendo agenciado financeiramente pelo Banco Regional de Brasília-BRB, e contando com a EMATER/DF que executa o projeto de crédito nos 15 escritórios locais.

O programa consiste em fornecer um auxílio sob forma de crédito rural nas seguintes condições:

- Valor disponibilizado de R\$ 22.589,00 para custeio e investimento (valor único para as duas modalidades).
- Cooperativas rurais podem ter liberados até R\$ 50.000,00
- Juros de 3% a.a para investimento e 2% a.a para custeio.
- Prazo para pagamento do investimento é de 6 anos, com 2 anos de Carência.
- Prazo para o pagamento do custeio é de 2 anos (sem carência).

Os escritórios da EMATER-DF ficam responsáveis por acompanhar a aplicação do crédito por meio de duas assistências técnicas anuais, que vem permitindo ao governo obter maiores conhecimentos sobre o investimento em que foi aplicado o financiamento, ou a cultura custeada pelo mesmo, fazendo com que a assistência técnica realize a sua verdadeira função, auxiliando o produtor familiar a atingir maior eficiência com a aplicação do financiamento.

A Tabela 3 apresenta os valores liberados pelo Creditrabalho aos produtores rurais familiares dos anos de 2005 a 2009, porém vale à pena salientar que os valores apresentados no ano de 2007 são referentes ao segundo semestre do ano, devido à liberação da receita orçamentária para o programa ter ocorrido somente em junho de 2007.

A Tabela 3 também demonstra que no ano de 2009 o programa obteve seus maiores índices, comprovando ser um programa que vem ganhando respaldo tanto dos produtores quanto dos governantes, já que o programa continuou sendo executado mesmo no governo de três diferentes governadores, de três diferentes partidos políticos.

Tabela 3. Valores liberados pelo Creditrabalho aos produtores rurais(valores nominais).

Tipo	2005	2006	2007+	2008	2009
Custeio (R\$)	849.612,03	728.733,74	530.641,74	601.372,50	672.419,66
Investimento (R\$)	1.030.895,60	2.241.235,04	1.435.169,55	2.391.590,37	2.793.214,67
TOTAL (R\$)	1.880.507,63	2.969.968,78	1.965.811,29	2.992.962,87	3.465.634,33

Fonte: Gerencia de Crédito Rural – GEDEC/ EMATER-DF

+ O Creditrabalho somente foi disponibilizado aos produtores a partir do dia 13/06/07

A Tabela 4 ilustra a quantidade de projetos de Creditrabalho liberados nos núcleos rurais do Distrito Federal de 2005 a 2009.

Tabela 4. Quantidade de projetos liberados aos produtores rurais.

Tipo	2005	2006	2007+	2008	2009
Custeio (R\$)	110	98	62	72	65
Investimento (R\$)	108	180	132	185	196
TOTAL (R\$)	218	278	194	257	248

Fonte: Gerencia de Crédito Rural – GEDEC/ EMATER-DF

+ O Creditrabalho somente foi disponibilizado aos produtores a partir do dia 13/06/07

Pode-se observar que houve, durante o decorrer dos anos, um aumento do número de projetos de investimento (com exceção de 2007). Isso ocorreu devido a grande necessidade dos agricultores de implementar novas tecnologias ao modelo produtivo.

Podemos demonstrar o crescimento do Creditrabalho calculando valores médios para os dados apresentados na Tabela 3. Assim, podem ser amenizados nessa análise fatores que apresentam grandes divergências como, por exemplo, a diferença do tamanho da população e do tamanho dos núcleos rurais analisados.

Tabela 5. Valores médios dos projetos de Creditrabalho (valores nominais).

Tipo	2005	2006	2007	2008	2009
Custeio (R\$)	7.723,74	7.436,05	8.558,73	8.350,85	10.344,90
Investimento (R\$)	9.545,32	12.451,30	10.872,49	12.927,51	14.251,09
TOTAL (R\$)	17.153,38	19.888,35	19.340,66	21.176,12	24.595,99

Fonte: Gerência de Crédito Rural – GEDEC/ EMATER-DF

Ao analisarmos os valores médios apresentados na tabela 5, podemos observar que mesmo com valores contabilizados a partir de junho de 2007, o mesmo apresenta um valor médio bem próximo ao ano de 2006, que obtêm dados dos doze meses do ano.

Uma análise interessante que também pode ser feita é a comparação entre a média dos valores liberados dos núcleos rurais de Taquara, Pipiripau e Rio Preto, que são as principais regiões familiares do DF.

A Figura 5 ilustra os valores médios de custeio liberados, para as três principais regiões, no ano de 2006.

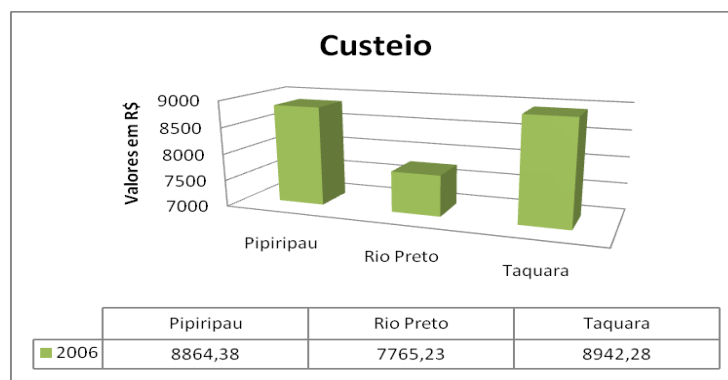


Figura 5. Valores médios de Custeio em 2006 (valores nominais)

Fonte: Gerência de Crédito Rural– GEDEC/ EMATER-DF

Os valores de custeio encontram-se bem elevados nas regiões de Pipiripau e Taquara já que os agricultores dessas regiões já apresentavam uma boa estrutura material sendo mais necessária à aquisição de insumos para a produção.

Já a Figura 6 ilustra os valores liberados para o investimento e pode-se observar que a região do Pipiripau foi a que mais obteve créditos nessa modalidade. Essa diferença entre as demais regiões, e principalmente a região de Taquara, deve-se pelo fato daquela necessitar de uma maior modernização na estrutura produtiva em relação às demais o que acarreta uma maior liberação de crédito para investimento.

Em contrapartida a região de Taquara, por já apresentar uma melhor estrutura, virou sua atenção principalmente para créditos de custeio, visando alcançar um melhor ganho qualitativo e quantitativo de seus produtos.

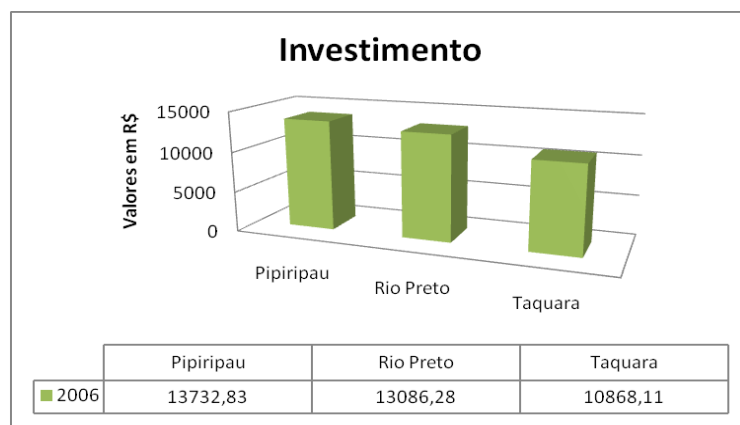


Figura 6. Valores médios de Investimento em 2006 (valores nominais)

Fonte: Gerência de Crédito Rural– GEDEC/ EMATER-DF

A Figura 7 ilustra os valores médios liberados na modalidade de investimento no ano de 2007.

Os valores da região de Taquara já apresentam uma grande diferença em relação ao ano de 2006 e também apresenta números maiores que as demais regiões. Esse fato se deve pela necessidade de um maior crescimento da região de Taquara impulsionado pelo bom desempenho da COOTAQUARA, o que levou aos cooperados a buscarem um aumento na qualidade de seus produtos investindo na construção de estufas. Elas foram responsáveis por cerca de 90% da liberação para investimento na região de Taquara.

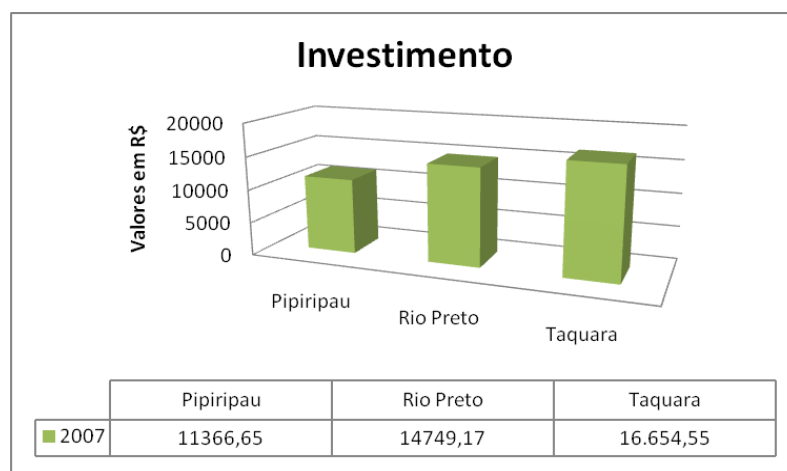


Figura 7. Valores médios de investimento em 2007 (valores correntes)

Fonte: Gerência de Crédito Rural– GEDEC/ EMATER-DF

A Figura 8 apresenta números interessantes, pois foi observado que os agricultores deram continuidade ao programa em relação ao ano anterior, já que geralmente a relação de liberação do crédito é inversa quando comparada as duas modalidades de financiamento.

Em outras palavras, é possível observar que, geralmente, quando a média de custeio é alta, a de investimento é baixa e vice e versa o que significa, na maioria das vezes, que o produtor adquiriu uma vez um crédito de investimento e uma segunda aquisição de custeio ou vice e versa.

Isso acontece devido ao valor liberado pelo financiamento não ser muito alto, acarretando uma escolha entre uma das modalidades, e não uma divisão do valor total entre as duas modalidades.

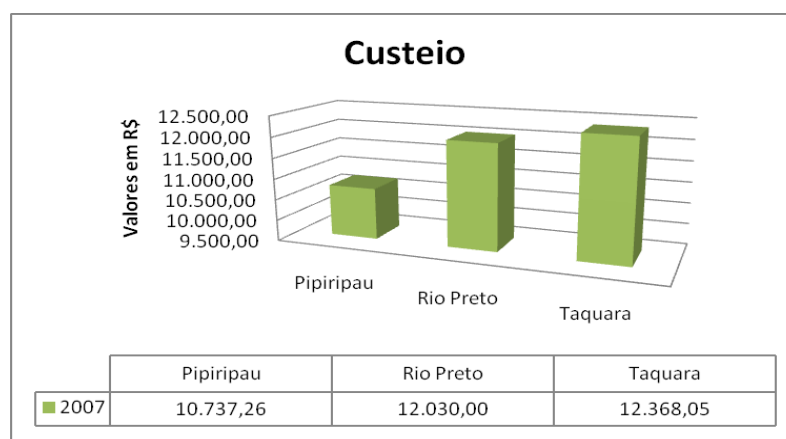


Figura 8. Valores médios de custeio em 2007 (valores correntes)

Fonte: Gerência de Crédito Rural– GEDEC/ EMATER-DF

A Figura 9 ilustra os dados de obtidos na modalidade de custeio no ano de 2008. É interessante observar que a média do respectivo ano se encontra abaixo do ano anterior. Isso ocorreu devido um grande número de pessoas que adquiriram o crédito sendo a maioria, projetos complementares ao ano de 2007 (projetos de valores baixos) já que neste ano o crédito foi liberado tardiamente.

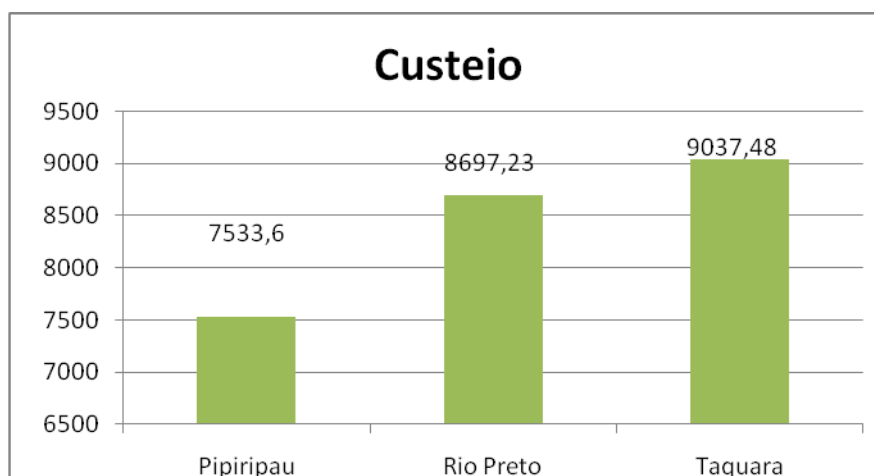


Figura 9. Valores médios de Custeio em 2008

Fonte: Gerência de Crédito Rural– GEDEC/ EMATER-DF

A Figura 10 demonstra a média dos créditos de investimento das três regiões.

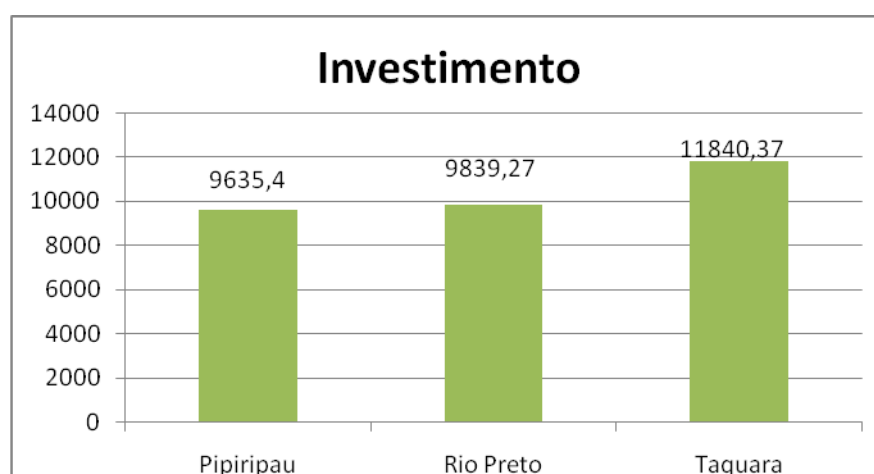


Figura 10. Valores médios de Investimento em 2008

Fonte: Gerência de Crédito Rural– GEDEC/ EMATER-DF

O mesmo raciocínio citado na explicação do gráfico de custeio é utilizado para os créditos de investimento

O ano de 2009 demonstrou o crescimento do programa tanto no global quanto na região alvo desse estudo. O núcleo rural de Taquara obteve o maior número de projetos. Foram aprovados na região 75 projetos de um total de 248 (investimento e custeio) o que representou 30% do total.

A região de Taquara obteve o maior valor liberado para um núcleo rural na história do programa. Ao todo foram mais de R\$ 1,2 milhões sendo que mais de 1 milhão foram destinados para o crédito de investimento. A Figura 11 apresenta os dados médios de investimento no ano de 2009.

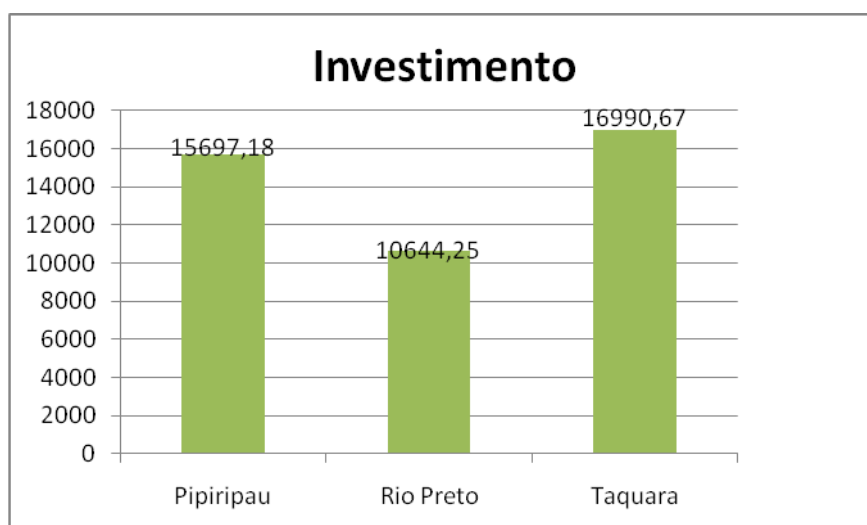


Figura 11. Valores médios de Investimento em 2009

Fonte: Gerência de Crédito Rural– GEDEC/ EMATER-DF

A Figura 12 ilustra os valores médios de custeio para o ano de 2009. Devido a grande quantidade de projetos de investimento, poucos agricultores obtiveram créditos de custeio. Na região de Taquara, por exemplo, foram liberados apenas 5 projetos de custeio.

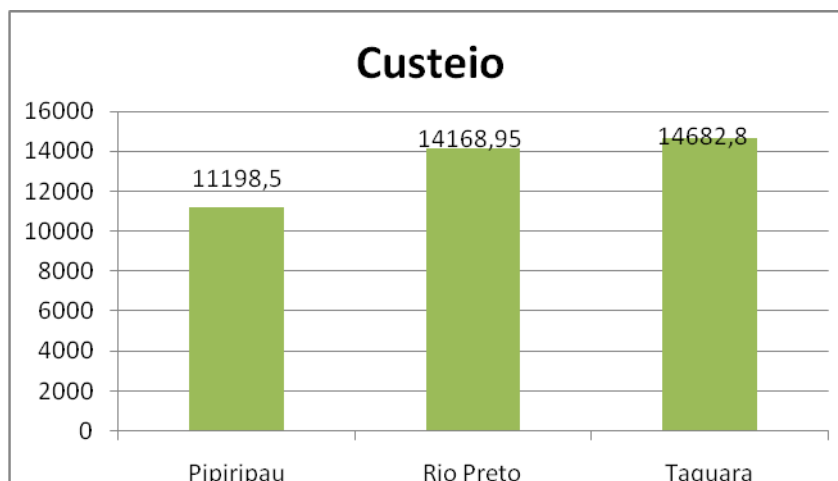


Figura 12. Valores médios de Custeio em 2009

Fonte: Gerência de Crédito Rural– GEDEC/ EMATER-DF

Outro ponto importante a ser mencionando ao explicar esse programa de crédito, é a necessidade da existência de um avalista para cada projeto, e que ele tenha uma capacidade de pagamento de ao menos o triplo do valor da prestação.

Quando se iniciou o Creditrabalho em meados de 1995 surgiu uma grande dúvida em relação aos entraves que poderiam ser causados ao se exigir dos agricultores familiares um avalista. Pensou-se que tal exigência limitaria o programa a poucos produtores. Porém, essa exigência não vem atrapalhando os agricultores que almejam um financiamento pelo programa de Creditrabalho.

O que ocorre é que na maioria das vezes existe uma reciprocidade de agricultor para agricultor, ou seja, um se disponibiliza a ser avalista do outro, principalmente quando são vizinhos, residentes no mesmo núcleo rural ou participantes de uma mesma cooperativa.

Essa espécie de ajuda mútua dos agricultores familiares do DF se deve em grande parte à intervenção da EMATER/DF, que ao assistir esses agricultores orientam e coordenam grande parte dessas cooperações. Essa assistência gera um elo entre os agricultores e a própria gerência, localizada em cada núcleo rural, que passam a

acompanhar mais de perto a evolução tanto do pagamento do financiamento como a aplicação do crédito.

Outro fator mencionado como incentivador de reciprocidade foi à participação dos agricultores em uma cooperativa. Esse fato é confirmado quando analisamos a quantidade de projetos de Creditrabalho aprovados no núcleo rural de Taquara, que conta com a presença da COOTAQUARA. Foram aprovados, por exemplo, em 2007 no núcleo rural de Taquara 58 projetos de Creditrabalho de um total de 193 que corresponde a cerca de 30% do total.

O número se mostra ainda mais interessante quando comparamos com os demais núcleos, já que das 15 regiões existentes o que mais se aproxima em números da região de Taquara é o núcleo rural do Rio Preto, que se localiza perto da região administrativa de Planaltina/DF, e liberou 19 projetos de Creditrabalho o que corresponde a 10,2% do total.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por serem as duas principais regiões de agricultura familiar do DF, os núcleos rurais de Taquara e Rio Preto foram os locais das entrevistas de campo, o que permitiu fazer uma série de análises que ajudam entender a relação da entrada de capital via Creditrabalho nos estabelecimentos familiares dessas regiões.

O primeiro aspecto interessante a ser mencionado é referente à renda mensal declarada pelos agricultores dessas regiões. A figura 13 ilustra a diferença entre as rendas médias das duas regiões.

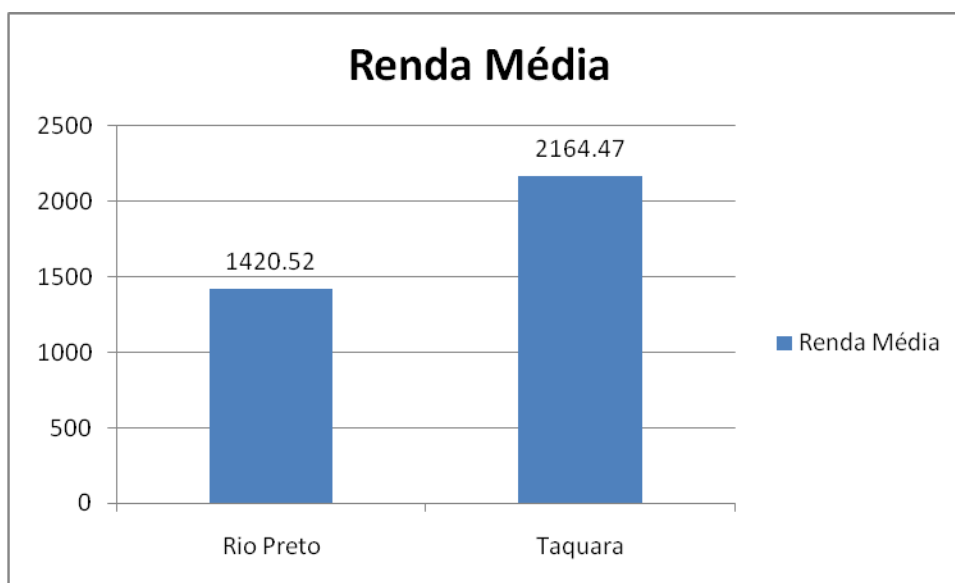


Figura 13: Renda média mensal (em reais) das regiões de Taquara e Rio Preto (valores nominais).

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

A renda média mensal ilustrada no gráfico acima foi obtida pelos agricultores antes da entrada no Creditrabalho. O aumento de renda média após a entrada no programa será ilustrado na tabela 6.

Tabela 6: Renda Média Mensal após o acesso ao Creditrabalho.

Produtores	Antes	Após
Renda Média (R\$)	2048,75	2504,31*

* indica diferença entre as rendas significativa a 99% de confiança.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Com relação a diferença entre rendas obtidas antes e após o crédito observa-se que é possível afirmar com 99% de confiança que, estatisticamente, os agricultores familiares obtiveram um aumento significativo em suas rendas. Os mesmos 99% de certeza estatística foram obtidos na tabela abaixo, demonstrando que na região de Taquara também houve aumento da renda. A tabela 7 detalha a renda para as duas regiões estudadas.

Tabela 7: Renda Média Mensal após o acesso ao Creditrabalho(valores nominais).

Produtores	Taquara	Rio Preto
Antes	R\$ 2164,47	R\$ 1420,57
Após	R\$ 2653,94*	R\$ 1692,00

* indica diferença entre as rendas significativa a 99% de confiança.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

A região de Taquara apresenta uma renda média mensal maior que a do Rio Preto por algumas razões. Dentre elas podemos citar: a influência da Cootaquara estimulando a produção para um patamar mais elevado; uma melhor capacitação dos agricultores, seja pela cooperativa ou por meio de mecanismos alcançados pelos próprios agricultores, ou ainda, devido às culturas produzidas em Taquara.

Essas regiões se diferem quanto às culturas produzidas devido a dois principais fatores. O primeiro está relacionado com a dinâmica regional das regiões. Em Rio Preto a maioria das famílias é originária de regiões produtoras de animais para produção de leite e de carne (Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Já em Taquara existe uma diversidade em relação à origem das famílias, que acabaram sendo influenciadas não por aspectos culturais e sim pela dinâmica da região que foi ao longo do tempo sendo influenciada pela Cootaquara. Essa influência se dá por meio do crescimento da cooperativa e abertura a novos cooperados, possibilitando que os agricultores produzam aquilo que a cooperativa demanda já que com isso obterão uma renda segura e constante.

É sensível também a diferença do acréscimo de renda com a entrada do Creditrabalho nas duas regiões. A figura 14 demonstra uma vantagem da região de Taquara em relação à de Rio Preto.

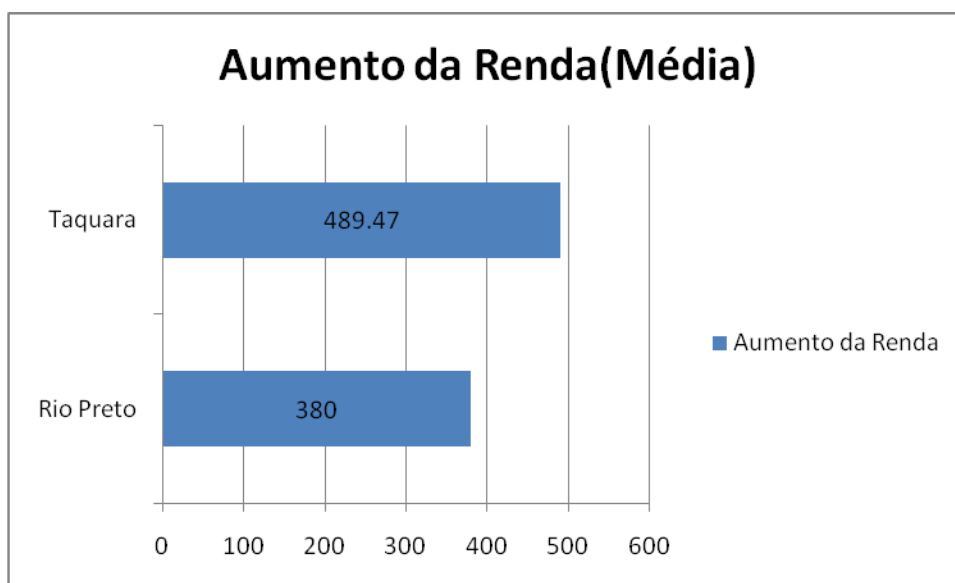


Figura 14: Média do aumento de renda mensal, em reais, declarado pelos entrevistados após o acesso ao Creditrabalho pelos beneficiários do programa (valores nominais).

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Pode-se afirmar com 95% de certeza que o aumento de renda na região de Taquara foi significativo. Já na região do Rio Preto esse aumento foi estatisticamente significativo com índice de confiança de 90%.

Esse maior acréscimo obtido pela região de Taquara indica uma maior capacidade produtiva instalada e capacidade de resposta ao estímulo creditício, um melhor

aproveitamento do capital para incrementar as condições produtivas e sociais das famílias.

Os números alcançados pela região de Rio Preto também são bastante positivos para os números do Creditrabalho, pois o aumento de renda declarado demonstra que o programa teve uma positiva importância para a vida desses agricultores.

Outro aspecto interessante é demonstrado pela Tabela 8, que traz consigo os dados referentes à forma de acesso à terra nas duas regiões, entre os produtores beneficiários da Creditrabalho.

Tabela 8: Forma de acesso à terra pelos beneficiários da Creditrabalho.

Produtores	Arrendatários	(%)	Parceiros	(%)	Posse	(%)
Rio Preto	2	28,5	2	28,5	3	43,0
Taquara	23	60,5	5	13,2	10	26,3
TOTAL	25		7		13	

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

É possível entender que na região de Rio Preto temos muitos agricultores que não tem a posse de suas terras isso se dá, em boa parte, com a chegada das famílias residentes naquele núcleo rural a menos tempo do que as residentes em Taquara.

De acordo com o teste de proporções (Z) não houve diferença significativa entre nenhum dos tipos de acesso à terra, demonstrando uma heterogeneidade de formas de uso das propriedades.

5.1. PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS.

Observa-se no perfil dos agricultores familiares, beneficiários do programa de Creditrabalho, das regiões entrevistadas que 51% possuem mais tempo como agricultores familiares do que como residentes no Distrito Federal. A origem da renda dos agricultores está demonstrada na tabela 9. Em relação aos beneficiários, 53,4% obtém sua renda exclusivamente da atividade agrícola, enquanto os não beneficiários apresentam para a mesma análise uma proporção de 50%.

Tabela 9: Fontes de renda dos beneficiários do Creditrabalho e dos não beneficiários.

Renda dos agricultores entrevistados	Nºbenefic. Cred	Frequência (%)	Nºnão benef.	Frequência (%)
Recebem aposentadoria	7	15,5	1	12,5
Possuem outras rendas (exceto aposentadoria)	14	31,1	3	37,5
Possuem renda exclusivamente Agrícola	24*	53,4	4	50,0
TOTAL	45	100	8	100

Fonte: pesquisa de campo nas regiões de Taquara e Rio Preto 2009

* indica diferença significativa de rendas a 95% de confiança.

Podemos afirmar por meio do teste estatístico com 95% de confiança que existe uma diferença importante entre os produtores conforme a origem de sua renda, mas a maioria das pessoas entrevistadas possui renda exclusivamente agrícola. Boa parte dessa maioria é devido ao crescimento da agricultura nas regiões

apresentadas, o que leva aos produtores a almejarem um maior crescimento econômico dentro de suas propriedades.

Como as regiões agrícolas do DF se encontram próximas da área urbana, pode-se caracterizar essas famílias como pluriativas, porém nas regiões estudadas, observa-se que existe uma paridade entre a origem das rendas agrícolas e não agrícolas.

Isso se deve pela dinâmica regional dessas regiões, que possuem uma forte presença da cooperativa e da associação de moradores, que possibilita um envolvimento de todos que estejam na produção agrícola, seja por meio da produção no campo, ou por meio do preparo do produto para a comercialização.

As rendas não agrícolas são em grande maioria trabalhos educacionais, assistenciais e domésticos nas regiões próximas. Mesmo existindo produtores que possuem uma renda não agrícola existe a necessidade de crédito via Creditrabalho, possibilitando assim, atender anseios que não são atingidos por meio da renda agrícola e da atividade não agrícola.

Esta observação foi um pouco diferente do constatado por Del Grossi e Graziano da Silva (2006) de que existia um papel fundamental das rendas não agrícolas na formação da renda das famílias, que em conjunto com as transferências de renda auxiliavam o produtor familiar no desenvolvimento de suas atividades.

A Tabela 10 mostra a relação que o Creditrabalho exerceu na aquisição de bens relacionados à produção agrícola e no ambiente residencial dos agricultores. Para melhor demonstração desse impacto, foi adotado um sistema de pontos que funcionam da seguinte maneira: para cada bem, agrícola e residencial, é contabilizado 1 ponto.

Portanto, se um produtor possuir, por exemplo, 2 geladeiras e 3 estufas ele possuirá 5 pontos. Se o bem tiver sido adquirido por meio do programa de crédito, é contabilizado mais 1 ponto, é o que chamaremos nesse trabalho de contabilização de “dupla”. Seguindo o mesmo exemplo dado anteriormente, suponha que das duas geladeiras 1 foi comprada com a ajuda do programa de crédito e das três estufas 2 também foram adquiridas por meio do Creditrabalho. Sendo assim, esse agricultor fará 8 pontos; 5 feitos pela soma bruta dos produtos (2 geladeiras + 3 estufas); 3 pelo fato de 3 produtos (2 estufas e 1 geladeira) serem adquiridos com o apoio do Creditrabalho.

Tabela 10: Bens agrícolas e residenciais dos produtores entrevistados.

Produtores	Beneficiários	Não beneficiários
Pontuação simples	16,86	14,62
Pontuação com dupla contagem	21,72	0,00*

Fonte: pesquisa de campo 2009

* Os não beneficiários apresentam pontuação zero, por não terem nenhum bem advindo do Creditrabalho

Como não é possível mensurar um número máximo, já que podem ser contabilizados vários pontos para um mesmo bem, podemos usar para análise dos dados os números máximos atingidos por cada grupo.

Na parte dos beneficiários a maior pontuação, com pontuação simples, atingida foram 31 pontos. Já entre os não beneficiários o número máximo atingido foram de 28 pontos. Porém é importante observar que essa pontuação é bem incomum entre os não beneficiários, já que o produtor que obteve tal número possui 80% de sua renda advinda de aposentadoria e seus bens foram adquiridos em grande parte por meio desta.

Ao analisar esses números é possível aferir importância à entrada de capital via Creditrabalho, já que boa parte desses pontos se deve a contabilização dupla de

estufas e equipamentos rurais. Os bens residenciais, em 35% dos casos, foram alcançados ao longo do tempo devido à melhoria da produção, como consequência da capacidade financeira advinda da venda dos produtos para a cooperativa.

Outro ponto que auxilia na compreensão dessa diferença do número de pontos são os dados da tabela 11, que demonstra que os produtores beneficiários possuem uma renda média superior aos não beneficiários.

Estes resultados levantam duas novas hipóteses: o Creditrabalho tem proporcionado um incremento na renda dos produtores, ou são os produtores com maior rendimento os selecionados para receberem o apoio creditício. Considerando as observações de campo pode ser observado que a diferença na renda é efeito direto do programa, já que tanto os produtores de maior poder aquisitivo quanto os mais carentes tem acesso ao Creditrabalho.

Muitos produtores demonstraram essa evolução da renda adquirindo novos produtos domésticos (eletrodomésticos, eletroeletrônicos) após a aquisição do Creditrabalho, já que ele aumentou a renda proveniente da atividade agrícola, propiciando uma maior capacidade financeira para a aquisição desses produtos

Tabela 11: Comparação da renda média mensal total declarada pelos produtores(valores nominais).

Produtores	Beneficiários	Não Beneficiários	Pronafianos
Renda Média	R\$ 2504,31*	R\$ 1270	R\$ 2000

* indica diferença entre as rendas significativa a 90% de confiança

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

É possível afirmar estatisticamente com 90% de confiança que a renda dos beneficiários é superior à renda declarada pelos não beneficiários e pelos beneficiários do Pronaf.

Outro fator de interessante análise que influencia diretamente na quantidade de bens contabilizados é o tempo de residência no DF. Os agricultores que residem a

mais de 20 anos no DF, 65% das vezes possuem pontuação maior que aqueles que residem a menos de 10 anos. Boa parte desses dados reforça a importância da continuidade da família rural já que a experiência advinda da atividade agrícola dessas famílias auxilia na melhoria da produção e, por consequência, de suas rendas o que possibilita uma melhor condição de vida dos membros da família rural.

A Tabela 12 permite fazer mais algumas relações entre o tempo de residência dos entrevistados e da escolaridade com a eficiência do programa.

Tabela 12: Grau de escolaridade e tempo de residência dos entrevistados.

Produtor	Escolaridade			Tempo médio no DF
	Fundamental	Médio Incompleto		
Beneficiários	14	10		20,82
Não beneficiários	2	1		8,87
Pronafianos	1	1		16,4
TOTAL	17	12		

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Retirar a coluna médio: ainda está confusa.

É importante observar que os beneficiários possuem maior tempo de residência no DF, o que explica o fato de já estarem mais estruturados para a aquisição do crédito em relação a documentos e demais exigências como, por exemplo, documentos referentes a propriedade, documentos pessoais entre outros.

Essa teoria é comprovada quando comparamos como o tempo médio dos não beneficiários que em média é bem inferior ao dos beneficiários de ambos os programas de crédito. O fato dos não beneficiários entrevistados estarem a menos tempo no DF pode ser motivo de impedimento na aquisição do crédito, pois a maioria pode estar em fase de estruturação (devido à chegada de outra localidade)

gerando dificuldades tanto em relação às garantias documentais (CPF, forma de aquisição da propriedade) quanto as condições de pagamento.

Outra relação de interessante observação é a demonstrada na Tabela 13 entre a quantidade de membros da família que trabalham no meio rural e a quantidade de pessoas que residem na propriedade.

Tabela 13: Média de pessoas da família trabalhando na atividade agrícola x média da quantidade de residentes.

Produtores	Beneficiários	Não Beneficiários
Quantidade de residentes	3,533	2,250
Quantidade de trabalhadores que fazem parte da família	2,835	1,985
DIFERENÇA PERCENTUAL	80,3%	88,2%

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Esses números demonstram que boa parte das famílias entrevistadas ainda ajuda nas atividades produtivas, mesmo que não seja de forma integral, já que os dados apresentados nessa tabela apresentam membros que trabalham integralmente e membros que trabalham em alguma parte do dia. A diferença percentual indica a quantidade, em porcentagem, de residentes que trabalham na atividade agrícola.

Alguns fatores podem ser apontados como responsáveis por esse grande percentual:

- Crescimento da atividade agrícola na região, o que leva a um aumento de demanda por mão de obra, inclusive a familiar.

- Presença de centros de ensino nas regiões agrícolas, o que leva os jovens e adolescentes a ficarem mais próximos das propriedades, podendo ficar uma maior quantidade de tempo auxiliando nas atividades agrícolas.
- Proximidade das regiões agrícolas com as áreas urbanas, o que permite a muitos membros da família voltar para suas residências em algum período do dia, podendo assim ajudar nas atividades mesmo que por um curto período de tempo.

A diferença percentual pode ser explicada pelo fato dos beneficiários serem constituídos de famílias mais antigas, possuindo maior número de jovens e crianças.

Além disto, como os não beneficiários ainda não conseguiram expandir suas atividades tanto como os beneficiários, ou ainda não possuem capacidade financeira para a contratação de mão de obra, eles necessitam de boa parte da família rural para alcançar uma maior eficiência na produção rural. Excluem-se praticamente apenas as crianças mais novas e os idosos mais necessitados.

Em relação aos agricultores entrevistados é possível inferir que o Creditrabalho possibilitou um aumento de suas rendas e da quantidade de bens utilizados, tanto na atividade produtiva quanto nas domésticas.

É interessante salientar que o tempo médio de residência no DF é um bom indicador, nesta pesquisa, de desenvolvimento das propriedades já que os agricultores que estão a mais tempo nas regiões são mais estruturados e participam em grande número do programa de crédito.

5.2 - CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE, PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS.

A estrutura da propriedade e suas características são fatores que influenciam na produção. Segundo Santos e Marion (1996) os resultados financeiros podem ser melhorados ao se conhecer e estudar melhor a estrutura da propriedade, ou seja, existe uma relação entre a produção e a estrutura da propriedade.

A Tabela 14 ilustra a forma pela qual os agricultores entrevistados mantêm o vínculo com a terra.

Tabela 14. Forma de acesso a terra pelos agricultores⁴.

Produtores	Arrendatários	(%)	Parceiros	(%)	Posse	(%)
Beneficiários	25	55,5	8	17,8	12	26,7
Não Beneficiários	1	12,5	7	87,5	0	0,0
Pronafianos	3	60,0	0	0,0	2	40,0
TOTAL	29 *		15		14	

*indica diferença significativa com 95% de confiança
Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Segundo o teste do qui-quadrado é possível afirmar com 95% de confiança que existe diferença significativa entre beneficiários, não beneficiários e Pronafianos. Cabe ressaltar, que a grande maioria dos não beneficiários são parceiros, apesar do programa não restringir de nenhuma forma os agricultores que detém essa condição de exploração da propriedade. Essa grande maioria se deve ao fato de estarem iniciando na atividade agrícola.

⁴ Explicar nesta nota a diferença com a Tabela 8.

Em relação às características da produção é interessante ressaltar que esta é bastante influenciada pela dinâmica local da região de Taquara, que é um grande pólo produtor de pimentão, tomate e hortaliças em geral.

Foi realizado o levantamento das culturas produzidas pelos beneficiários e constatou-se que 24,4% dos agricultores produzem pimentão e tomate em estufas adquiridas por meio do Creditrabalho, outros 22% registraram produzir olerícolas⁵. Já na produção de hortaliças foram registrados 13,3% das culturas registradas. Os outros 40,3% estão divididos entre produtores de flores, pecuária, pimenta e frutas em geral.

A presença do programa de crédito se mostra eficiente na aquisição dos bens necessários à produção, já que dos produtores não beneficiários 65% produzem pimentão e tomate a campo sem o uso da estufa ou de outro método de cultura fechada.

As culturas produzidas na região exigem dos produtores uma maximização de trabalho e tempo. Apesar de muitos possuírem máquinas que auxiliam nas atividades agrícolas, a presença de mão-de-obra especializada se torna presente, já que foi encontrada uma relação de aproximadamente 1,3 empregados por propriedade.

A Figura 15 demonstra como a entrada do Creditrabalho influencia nas exigências produtivas e por consequência na demanda por mão-de-obra.

⁵ São legumes dos mais diversos. Neste trabalho, as hortaliças foram separadas do conceito de olerícolas, apesar de algumas hortaliças serem intituladas por muito autores como olerícolas.

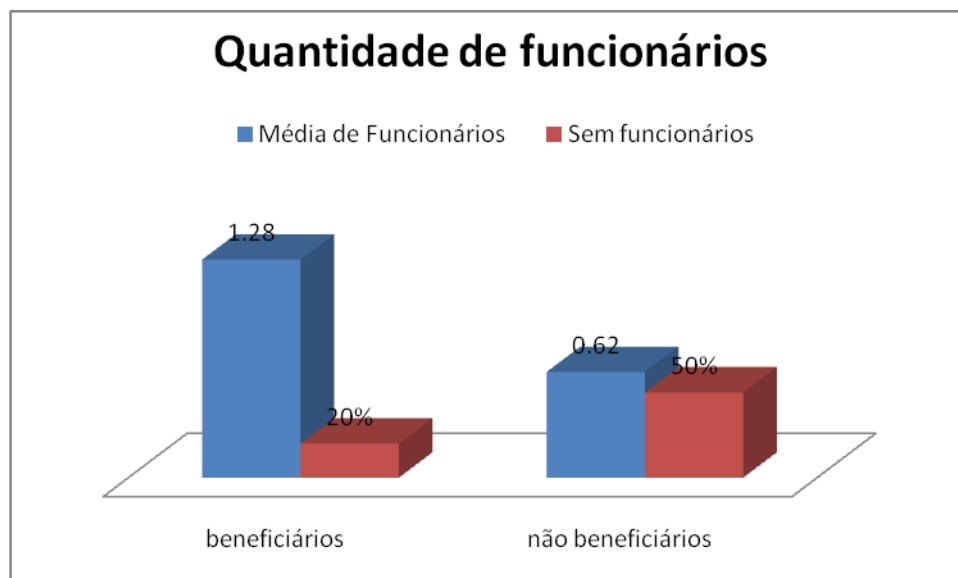


Figura 15: Relação de funcionários nos estabelecimentos agropecuários.

Fonte: Pesquisa de Campo 2009

Os agricultores beneficiários do Creditrabalho apresentam uma maior quantidade de funcionários do que aqueles que não são beneficiários, já que com a aquisição de implementos, equipamentos, estruturas e insumos exigem uma maior capacidade de produção para compensar o financiamento, e para o maior aproveitamento do espaço e estrutura utilizados.

Os agricultores não beneficiários apresentam uma proporção maior quando se trata da ausência de funcionários: 50% dos entrevistados não possuem funcionários, já que apenas a família rural suporta as necessidades de trabalho.

No momento da entrevista, os agricultores que não possuíam funcionários afirmaram que a capacidade produtiva ainda não necessitava de auxílio de mão-de-obra externa, porém desejavam que essa capacidade aumentasse e se viam abertos à possibilidade da contratação de novos funcionários.

Para complementar a análise dos funcionários e entender melhor a relação entre quantidade de funcionários e a atividade produtiva é interessante analisar o tamanho médio das propriedades e da área produtiva. A Tabela 15 apresenta os

dados médios, em hectares, do tamanho das propriedades e da área destinada a produção.

Tabela 15: Área Média da propriedade e da área destinada à produção

Produtores	Propriedade (ha)	Produção (ha)
Beneficiários	24,72	16,43
Não Beneficiários	13,75	9,50
Pronafianos	13,20	8,20

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

O número apresentado pelos beneficiários se encontram maiores devido a presença de 3 agricultores que possuem propriedades bem acima das normais. A média sem a presença dessas propriedades seria 15,27 e a média da área produzida seria reduzida para 10,23.

Durante a escolha das propriedades buscou-se padronizar em alguns aspectos os entrevistados. É importante frisar que esses três produtores possuem características importantes para a análise desse estudo não sendo, por isso, descartados.

Em relação à propriedade é interessante observar que a maioria dos entrevistados são arrendatários. Já na questão da produção observou-se que a produção de oléricolas é predominante entre os entrevistados principalmente a cultura de pimentão.

Existe também uma diferença entre beneficiários e não beneficiários em relação ao número de funcionários nos estabelecimentos agropecuários, devido ao aumento da produção advindo do Creditrabalho, o que leva aos beneficiários a possuírem mais funcionários para atender esse aumento.

5.3 – REFERENTE À AQUISIÇÃO DO CRÉDITO

Algumas informações coletadas junto aos beneficiários do Creditrabalho são de grande importância para entender a dinâmica, os efeitos e a resposta que tem o programa perante o público estudado.

O primeiro ponto que vale destacar é o fato do programa não ter sido conhecido ou procurado devido à divulgação em meios de convencionais de comunicação. Nenhum entrevistado declarou ter conhecimento do programa por veículos de comunicação.

Já em relação ao Pronaf, os números são completamente diferentes. A Tabela 16 ilustra esta diferença.

Tabela 16: Forma de conhecimento dos programas listados

Programa	Creditrabalho(%)	Pronaf(%)
Meios de comunicação	0,00	60,0
Emater	62,2	0,00
Cootaquara	37,8	40,0
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2009.

É interessante observar que a Emater é praticamente o único meio de divulgação do Creditrabalho, já que boa parte do que é apresentado pela cooperativa é devido à influência da Emater na região. Isso prejudica o crescimento do programa, já que em regiões mais dispersas e que não contam com o apoio de

uma cooperativa, o Creditrabalho fica limitado pelo desconhecimento daqueles que poderiam dele se beneficiar.

Já em relação ao Pronaf ocorre o inverso. Como a região é influenciada pela cooperativa, e esta é assistida pela Emater, que é o principal agente do Creditrabalho, isso acarreta uma diminuição no número de beneficiários do Pronaf.

Porém, é interessante ressaltar que a grande maioria dos produtores beneficiários do Pronaf conhece o programa devido a meios de comunicação, e até mesmo os beneficiários do Creditrabalho conhecem, mesmo que de maneira sucinta, o Pronaf devido a propagandas realizadas pelo governo federal.

Outro ponto a ser destacado é a necessidade de uma maior liberação de capital, para que possa ocorrer uma mudança significativa na produção dos beneficiários. Do público entrevistado, apenas 17% afirmaram que o valor máximo liberado pelo Creditrabalho é suficiente para causar uma mudança significativa no modelo produtivo. Ao se fazer uma média do valor declarado pelos produtores como suficiente, encontra-se R\$ 32.070,00, o que representa um aumento de 70% em relação ao valor atualmente liberado pelo programa (R\$ 22.589,00).

Essa diferença ocasiona nos produtores uma necessidade de complementar o crédito por meio de outros programas rurais, ou até mesmo por meio de empréstimos com juros bem maiores que os financiamentos rurais.

Dentre os entrevistados, 71,1% possuem créditos complementares ao Creditrabalho, sendo que somente 4,4% utilizam o Pronaf como fonte complementar de crédito, devido, em grande parte, às dificuldades já apresentadas anteriormente, como por exemplo, demora para a aquisição.

Cerca de 56% (dentre os que usam créditos complementares) utilizam créditos pessoais com juros altos, geralmente oferecidos por grande empresas via telefone

ou agentes financeiros. Os demais entrevistados recorrem aos bancos oficiais via CDC (Crédito Direto ao Consumidor) como forma de complemento.

Essas necessidades por complementar o crédito, utilizando juros mais altos do que os financiamentos rurais, gera um desequilíbrio ao produtor, o que leva a um atraso no desenvolvimento da propriedade, já que boa parte dos esforços são destinados para a amortização dos juros da dívida.

Já em comparação ao Pronaf, encontramos alguns dados diferentes. Como na região o programa de Creditrabalho é ativo e de fácil aquisição, 40,0% dos entrevistados recorreram a ele para complementar as ações do Pronaf, o que mostra que o Creditrabalho também atua complementando as ações do Pronaf. O Creditrabalho, em contrapartida, é complementado também por outras formas de crédito.

Toda essa necessidade de crédito é destinada em boa parte para a aquisição na modalidade investimento, dentre os entrevistados 75,5% são beneficiários nessa modalidade. A Figura 16 ilustra as principais finalidades de aquisição dentre aqueles que adquiriram o crédito para investimento.

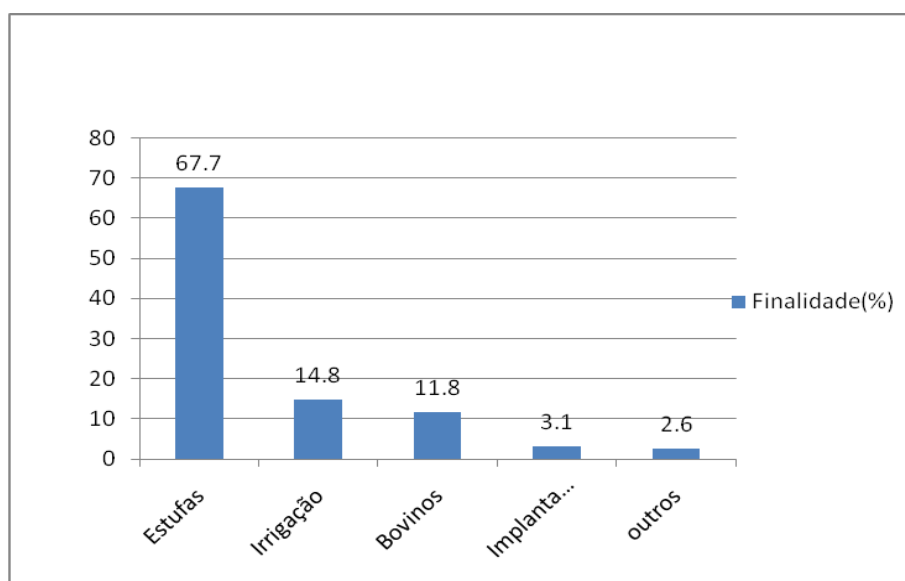


Figura 16: Finalidade da aquisição do crédito de investimento
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

As estufas representam a grande maioria do destino do investimento do Credittrabalho, devido à característica da região de Taquara de ser uma grande produtora e comercializadora de Pimentão em estufa.

Como a cooperativa é especializada nessa cultura, toda a comercialização da região é direcionada para o pimentão, o que leva os produtores a se enquadrarem nas normas e demandas da cooperativa, e está por sua vez, demonstra sua preferência pelo cultivo fechado.

A própria Emater auxilia na obtenção desses números, já que ministra cursos de cultivo em estufa mostrando aos produtores da região as vantagens desse tipo de produção. Além disso, as características da região (tamanho das propriedades e o clima) propiciam o cultivo em estufa já que possibilita um ganho produtivo maior do que o cultivo em campo.

As outras finalidades apresentadas, de maneira geral, são adquiridas após a aquisição da estufa, com exceção das matrizes bovinas e de outras atividades que não podem ser realizadas em estufa.

Dentre os 3,1% dos beneficiários que adquiriram o crédito para implantação de culturas, pode-se destacar o maracujá e frutas cítricas em geral. O restante caracterizado como “outros” estão divididos entre currais, máquinas e implementos.

Algumas dificuldades referentes à aquisição do crédito foram apresentadas pelos entrevistados. A Tabela 17 ilustra essas dificuldades na aquisição dos beneficiários, não beneficiários e beneficiários do Pronaf.

Tabela 17: Entraves para a aquisição dos Créditos relacionados.

Restrições	Beneficiários (%)	Não Beneficiários (%)	Pronaf(%)
Avalista	71,1	37,5	0,0
Documentação	24,4	62,5	40,0
Garantias/Demora	4,5	0,0	60,0
TOTAL	100,00	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

As entrevistas confirmaram uma das principais características do Creditrabalho, que é a rapidez para a liberação do crédito. O programa possui um ciclo⁶ de 9 dias, o que lhe garante uma grande vantagem em relação aos demais programas de crédito rural.

Apesar de grande parte dos beneficiários entrevistados declararem ter encontrado dificuldade na obtenção do avalista, isso não apresentou um grande entrave para a aquisição do crédito, visto que essa dificuldade foi contornada, segundo os entrevistados, com o apoio da cooperativa que auxiliou no processo de obtenção do avalista e na solução de demais problemas.

Em relação aos não beneficiários é interessante observar que a maioria declarou que sua principal dificuldade para a não aquisição de crédito junto ao programa foram às exigências documentais exigidas pelo Creditrabalho. Dentre essas exigências a mais significativa é em relação aos problemas com o CPF

⁶ Considera-se como “ciclo” o período de tempo compreendido entre a assinatura do projeto de crédito e a liberação do recurso.

(Cadastro de Pessoas Físicas), com dívidas registradas por entidades de proteção ao crédito como o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e o SERASA⁷.

Esse ponto merece destaque, já que essa pendência é praticamente a única que impede o produtor de ter acesso ao crédito. A Tabela 16 também nos ajuda a compreender o motivo da preferência de muitos agricultores da região pelo Creditrabalho, já que muitos afirmaram que o Pronaf tem como principais deficiências as garantias exigidas e a demora para a liberação do numerário.

O Creditrabalho também influencia na comercialização e outros fatores relacionados aos produtos da região.

Foi perguntado aos entrevistados sobre a relação entre a entrada de capital via Creditrabalho e as características da produção anterior ao crédito. Dos 45 produtores entrevistados, 39 afirmaram produzir uma maior quantidade, 36 afirmaram que planejam melhor a produção, 41 constataram que produzem produtos com uma qualidade superior, porém apenas 10 produtores afirmaram que não passaram a produzir produtos novos (Tabela 18).

Tabela 18: Dados referentes a produção e a comercialização.

Programa	Creditrabalho (45)	Pronaf (5)
Aumentaram a quantidade	39	0
Planejam melhor a produção	36	4
Aumentaram a qualidade	41	4
Passaram a produzir produtos novos	10	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

⁷ O SERASA é uma empresa privada que centraliza os serviços bancários e com isso permite a consulta de débitos dos correntistas.

Os motivos que levaram os produtores a não produzirem produtos novos foram:

- Forte tradição da região no cultivo de hortaliças, o que leva o produtor a se especializar nessas culturas;
- Influência da Cooperativa (praticamente a única compradora dos produtos), que demanda sempre os mesmos produtos;
- Tamanho das propriedades em relação à região, o que leva a um maior número de produções em estufa dos produtos já comercializados;
- Crescimento contínuo das ações da cooperativa gerando, inclusive excedente de exportação;
- A manutenção e/ou aumento da qualidade dos produtos já produzidos e a resposta do mercado a esses produtos.

Em relação à aquisição do crédito é interessante salientar que os entrevistados acreditam que seria necessária uma maior liberação de capital para que ocorresse uma mudança mais significativa na produção.

Além disso, muitos entrevistados indicam que algumas exigências atrapalham um pouco a aquisição do crédito, sendo a principal a obrigatoriedade de um avalista.

A produção também foi influenciada pelo Creditrabalho tanto em aspectos quantitativos quanto na qualidade dos produtos, porém poucos agricultores passaram a produzir novos produtos.

5.4- ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os agricultores entrevistados foram questionados sobre a efetividade da assistência técnica para o sucesso do Creditrabalho. As atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural no País se iniciaram no início da década de quarenta, com

a pretensão de melhorar a qualidade de vida do produtor rural, por meio de políticas assistenciais, além de promover uma modernização da agricultura enquadrando-a no processo industrial brasileiro (MDA, 2009).

Segundo algumas exigências do programa Credittrabalho, a liberação do financiamento deve ser acompanhada de assistências técnicas que orientem o beneficiário na aplicação dos recursos. Esse ponto gera certa polêmica entre os membros da Emater que não consideram que existe uma separação entre a assistência do programa e aquela realizada ordinariamente⁸.

A Tabela 19 ilustra a qualidade da assistência técnica atribuída pelos beneficiários do programa. Não foi possível fazer nenhuma comparação com o Pronaf, pois todos os Pronafianos entrevistados não receberam assistência técnica o que, por consequência, impossibilita- os de qualificá-la.

Para melhor entendimento, é importante que se conheça que os beneficiários receberam em média 1,4 assistências anuais. Dos 45 entrevistados, apenas 4 não receberam nenhuma assistência o que demonstra que a assistência técnica precisa ser melhorada. Os números demonstrados pela Tabela 19 ilustram que a assistência técnica agradou mais da metade dos entrevistados (53,2%), porém esses números não são aqueles esperados pelo programa, pois se acreditava possuir uma assistência técnica de maior eficiência. O interessante desses números é que durante a entrevista foi diferenciada a assistência técnica do programa e aquela oferecida normalmente pela Emater.

⁸ Assistência técnica ordinária, para este trabalho, são aquelas visitas realizadas rotineiramente ou a pedido do agricultor sem vinculação com nenhum programa sócio- econômico.

Tabela 19: Dados referentes a assistência técnica dos beneficiários do Creditrabalho

Creditrabalho	(%)	Produtores
Não receberam	11,3	4
Péssima	4,4	2
Ruim	31,1	14
Boa	26,6	13
Ótima	15,5	7
Excelente	11,1	5
TOTAL	100,0	45

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Ambas as assistências, na maioria das vezes, são realizadas pelo mesmo técnico, porém eles são diferentes do ponto de vista do agricultor, pois aquela que é feita normalmente pela Emater é realizada, muitas vezes, a pedido do agricultor, quando ele está necessitado de ajuda técnica o que de certa maneira aumenta o valor atribuído por ele à assistência técnica.

Já a assistência derivada do Creditrabalho é realizada em períodos quaisquer depois da aquisição do crédito, causando uma visita não necessária para o agricultor, mas necessária ao programa de crédito.

Porém, para complementar essa análise, é importante mencionar que mesmo quando ocorre a assistência técnica, essa não se apresenta, segundo os entrevistados, de forma necessária para o bom desempenho de suas funções agrícolas. A Tabela 20 ilustra os resultados obtidos na entrevista com os beneficiários do Creditrabalho quando perguntados sobre a importância do serviço de assistência técnica.

Tabela 20: Importância da assistência técnica.

Creditrabalho	Beneficiários	(%)
Consideram Fundamental	17	37,8
Não Consideram Fundamental	28	62,2
TOTAL	45	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Esses números são inesperados, segundo os princípios do programa, já que se esperava que a eficiência do programa estivesse atrelada a uma efetiva assistência técnica. Muitos agricultores não acham fundamental que os técnicos do programa os auxiliem:

- Antes da obtenção do crédito: já que muitos consideram possuir capacidade e experiência no produto já plantado. Muitas vezes isso ocorre devido a tradições familiares já arraigadas, que levam muitos produtores manter a cultura produzida por seus antecessores, o que cria certo entrave para introdução de novas culturas.
- Após a obtenção do Creditrabalho: já que para muitos agricultores a cooperativa supre algumas necessidades da assistência técnica do programa, sendo mais direcionada para os objetivos dos produtores que, por consequência são iguais aos objetivos da Cooperativa.

Em relação à assistência técnica é possível afirmar que, apesar de ser obrigatória a sua realização, alguns agricultores não a receberam e além disso a maioria dos entrevistados não consideram a assistência técnica fundamental para suas atividades.

6- CONCLUSÕES

Foi realizada uma análise detalhada do programa de Creditrabalho, identificando o perfil do público atendido, e verificando se o programa distrital de crédito permitiu que seus beneficiários obtivessem um incremento em seus modelos produtivos, especialmente se ocorreram adoção de inovações tecnológicas.

O programa Creditrabalho foi criado em 1995 sendo gerido pelo Governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – SEDEST, e da Emater/DF. O Creditrabalho fornece um crédito máximo de R\$ 22.589,00 para os agricultores com juros anuais de 3% a.a. para créditos investimentos, e de 2% a.a. para créditos de custeio. O Creditrabalho ao longo dos anos alcançou números que indicam sua aceitação entre os agricultores. No ano de 2009 o programa atingiu mais de R\$ 3 milhões em créditos liberados para todo o DF. Dentre os núcleos rurais, aquele que mais recebeu créditos do programa foi a região de Taquara. Somente em 2009 foram liberados R\$ 1,2 milhões para os agricultores dessa região, especialmente os agricultores familiares. Boa parte desses resultados se deve à presença da Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina – Cootaquara, e pela atividade produtiva da região, pólo produtor de olerícolas de consumo diário.

Em relação ao perfil do público atendido, observou-se que a maioria dos beneficiários do Creditrabalho possui mais tempo como agricultores familiares do que tempo de residência no DF. Este fato pode estar relacionado à melhor estrutura e experiência na atividade agrícola, trazidos das regiões migratórias de origem, o que possibilitou uma maior facilidade de atingir alguns critérios para a aquisição do crédito como, por exemplo, as garantias.

Ainda em relação ao perfil do público do programa pode-se observar que a maioria possui renda principalmente de origem agrícola, apesar de os núcleos rurais entrevistados estarem próximos ao centro urbano. Isso se deve ao crescimento da atividade agrícola nessas regiões, impulsionado em boa parte, pela entrada de capital via programas de crédito, e em especial o Creditrabalho, possibilitando ao produtor aferir uma renda que compensa a ausência de outras rendas. Pode-se concluir que o Creditrabalho esteve associado a ampliação da renda agrícola dos entrevistados, confirmando que a presença efetiva do programa foi importante na geração da renda dos agricultores entrevistados.

Em relação à aquisição de inovações tecnológicas adquiridas por meio do Creditrabalho, observou-se que o capital advindo do programa de crédito aumentou a quantidade de bens agrícolas dos entrevistados. Demonstrou-se que os beneficiários possuem uma maior quantidade de bens em relação aos não beneficiários, e também em relação a sua própria situação antes da aquisição do crédito. Os bens considerados residenciais também tiveram sua quantidade aumentada, provavelmente pelo incremento da renda, adquiridos por meio do aumento na produção dos produtos, levando os entrevistados a atingirem uma melhor qualidade de vida.

Em relação à produção se observou que 24% dos agricultores da região produzem pimentão e tomate em estufas, boa parte delas adquiridas pelo programa de Creditrabalho. A produção de pimentão e tomate estão associadas a demanda da cooperativa por esses produtos, e pela possibilidade dos agricultores em maximizar o tempo e esforços gastos na produção em estufas, além de aumentar a produtividade, e em muitos casos, a qualidade.

Já em relação à propriedade se pode observar que a maioria dos agricultores vive sob a condição de arrendatários, principal instrumento contratual estabelecido nas regiões estudadas, além de não exigir do agricultor recém-chegado na cidade um grande capital para o início de suas atividades agrícolas.

As propriedades analisadas dos beneficiários são, em média, maiores (24,72 ha) em relação aos não beneficiários (13,75 ha). Uma das explicações para essa diferença é que os beneficiários estão mais estruturados e há mais tempo no Distrito Federal, o que permitiu acessar a imóveis propriedades maiores, ou até mesmo ampliar sua propriedade adquirindo outras nas regiões vizinhas.

A quantidade de funcionários das propriedades dos beneficiários é maior em relação aos não beneficiários, o que sugere que o incremento produtivo facilitado pelo Credittrabalho exige uma maior quantidade de mão de obra.

Em relação à aquisição do crédito, foi possível constatar que o programa foi utilizado pela maioria dos beneficiários para a aquisição de estufas (67%), já que a produção da região entrevistada é direcionada para a produção de hortaliças em espaços reduzidos.

Ainda em relação à aquisição do crédito, foi possível observar que a divulgação do programa é centralizada pela Emater, o que prejudica a ampliação do programa. O contato existente entre o técnico da empresa e o agricultor é essencial ao programa, facilitado pela presença de escritórios em cada núcleo rural do DF.

O programa apresenta alguns entraves para a aquisição do crédito na opinião dos beneficiários, podendo ser destacado a exigência de avalista. Em relação aos não beneficiários, a principal dificuldade para acesso ao programa é a documentação exigida.

Os resultados mostraram que o Creditrabalho apresenta uma grande necessidade de ser complementado por outros programas de crédito. Dentre os entrevistados, 71% possuem créditos complementares ao Creditrabalho. Isso é explicado pelos entrevistados pelo baixo valor liberado pelo programa, o que muitas vezes impede os agricultores de realizarem as benfeitorias que almejam.

Constatou-se também que o Creditrabalho pode complementar fortemente as ações do Pronaf, o que já ocorre com 40% dos beneficiários que também acessam o Pronaf

Em relação à assistência técnica foi possível observar que ela foi aprovada pela maioria dos beneficiários, porém a maioria não considera fundamental sua existência para a operação do programa. Isso pode ser explicado pelo fato de muitos receberem assistência regular da Emater, o que torna a assistência técnica do programa (também realizada pela Emater) somente a idéia de uma fiscalização desacompanhada de um apoio técnico.

Durante o trabalho, bibliográfico, documental e principalmente na pesquisa de campo foram surgindo algumas recomendações para aprimoramento do programa, para que se possa beneficiar de maneira mais ampla, objetiva e eficiente os produtores familiares das regiões agrícolas do DF, listadas a seguir:

- O Valor liberado para os beneficiários que estão adquirindo o crédito pela primeira vez deveria ser próximo do valor máximo permitido pelo programa, visto que este já não é suficiente para satisfazer os anseios produtivos dos agricultores.
- Os orçamentos de custos de produção, principalmente de custeio, poderiam ser retirados de um banco de dados mais atualizado, já que muitas vezes não existe o custo para determinadas culturas ou o custo de

produção utilizado pela Emater se encontra defasado, com valores muito diferenciados dos atualmente existentes nas regiões agrícolas. É comum o custo apresentado estar abaixo dos valores de mercado, o que pode gerar um valor insuficiente para implantar a cultura. Portanto, poderia existir uma segunda opção de escolha.

- Para muitos produtores o valor liberado atualmente é insuficiente, próximo ao teto máximo do programa, e poderia ocorrer uma maior liberação de numerário caso o produtor apresentasse uma declaração de rendimentos compatível com o valor solicitado, ou até mesmo um avalista que apresentasse renda suficiente para cobrir o valor do financiamento. Caso ocorra um aumento do valor por beneficiário também deverá ocorrer uma revisão dos recursos disponíveis no Fundo do Creditrabalho.
- O programa deveria ser mais divulgado, já que em muitas regiões muitos produtores não possuem informações suficientes para acesso ao crédito. Poderia existir uma campanha coletiva unindo cooperativas, representantes do governo e associações visando expandir o programa. A divulgação poderia estimular uma conscientização coletiva visando manter a taxa de inadimplência baixa, o que possibilita a continuidade de verbas para a liberação de novos créditos.
- O projeto obrigatório para aquisição do crédito poderia ser mais detalhado, contendo maiores informações sobre os beneficiários e demais envolvidos no processo de aquisição do crédito. Além disso, esses projetos poderiam estar inseridos em um banco de dados específico, interligando (on-line) os escritórios locais da Emater, via intranet, com a sede, possibilitando uma

maior agilidade no processo de obtenção de novos financiamentos após o término do contrato vigente.

- Divulgar anualmente informativos que auxiliem os membros externos à Emater e à Secretaria de Trabalho, sobre o entendimento do funcionamento do programa, o que possibilitaria a abertura de novas fronteiras levando o Creditralho a um patamar superior ao que ele se encontra atualmente. A divulgação de casos reais demonstrando a importância do programa pode fortalecer tanto o Creditralho, quanto os agricultores que dele fazem parte.
- O programa deveria explorar mais a sinergia com outras fontes de crédito, especialmente o PRONAF, visando o desenvolvimento local. Esta complementação ficaria mais nítida se existisse projetos locais, procurando integrar vários elos da cadeia produtiva.
- O programa poderia estimular diversificação de atividades dos produtores rurais, em conformidade com as aptidões locais.
- Para os não beneficiários que não acessaram o crédito por restrições cadastrais, poderiam existir algumas formas de atender parcialmente sua necessidade de crédito. Uma das maneiras poderia ser a redução do valor liberado, ou restrição da modalidade de crédito, dando preferência aos créditos de custeio, o que permitiria em ambos os casos, um retorno mais rápido do valor emprestado e atenderia as necessidades destes agricultores.
- Atualização dos dados sobre o Creditralho nos sites oficiais do GDF, já que neles os valores e as taxas encontram-se muito desatualizadas. O site

do Banco de Brasília – BRB e o site oficial do DF trazem como valores máximos de liberação a quantia de R\$ 10.000,00.

- Poderia ser revista a obrigatoriedade de duas assistências técnicas anuais, já que esse serviço é realizado freqüentemente pela Emater o que leva ao proprietário a qualificar negativamente a assistência do programa por enxergar nela uma visão somente fiscalizatória.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: EMBRAPA, 2007. p. 4 a 15.

BACEN, Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bacen.gov.br/pre/bc_atende/port/rural.asp>. Brasília: 2008

_____, Banco Central do Brasil. Resolução nº 3.559 de 2008. *Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 (MCR 10) para financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)*. Brasília março de 2008.

BANCO DO BRASIL. Seção Balcão de agronegócios. Disponível em: <<http://www.Agronegocios-e.com.br>>. Acesso em: 16 out. 2008

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. "O microcrédito como instrumento de inclusão social no Brasil". Fortaleza, 2006. 326p.

BIALOSKORSKI, S. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: Braga, Marcelo José; Reis, Brício dos Santos (org). *Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias*. Viçosa, 2002

BITTENCOURT, G.A. Cooperativas de crédito solidário: *constituição e financiamento*. 2.ed. Brasília: NEAD, 2001. 143 p

_____. *Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. Campinas: 2003, 243 p. Dissertação (mestrado em desenvolvimento econômico, espaço e meio ambiente) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974

DEL GROSSI, Mauro Eduardo e GRAZIANO DA SILVA, José. Movimento recente da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org). Avaliação de políticas públicas Rurais. Brasília: Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários. V.6, n.24, 2006, p. 91 a 102.

DENARDI, Reni Antônio. *Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2001.

EMATER/DF. IPAGRICOLA: Informativo conjuntural da produção agrícola do Distrito Federal. Brasília, 2007.

FENAPE. Política de Recursos Humanos da Rede Ceape. Brasília, FENAPE, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006>. Acesso em 10.01.2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. Fev, 2000.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF) disponível em <http://www.gdf.df.gov.br/045/04501018.asp>. Acesso em 07.12.2009 .

GUANZIROLI, Carlos E. Pronaf dez anos depois: *Resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural*. 2006.

JOLIS, Alan; YUNUS, Muhammad. O Banqueiro do Povo. 1 ed. Ed. Ática São Paulo, 2000 .

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. *Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Diário Oficial da União Ano CXLIII Nº- 141.

LEI ORDINÁRIA 8171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Diário Oficial da União, dia 18/01/1991.

MATTEI, L (2005) : Impactos do PRONAF: *Análise de Indicadores*. Série Estudos 11 NEAD. MDA.

_____,L. Políticas de apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O caso recente do Pronaf. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.38, nº1, 2007.

MATSUURA, Shigueo. Emater/DF 30 anos: *Ensinando e aprendendo*. 1º ed. Brasília: EMATER/DF, 2008. p 69 e 70.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA e DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. *Estatísticas do meio rural 2008*. Brasília: MDA: DIEESE, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Programa Mais Alimentos disponível em <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em 12.11.2009 .

MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO – TEM. Economia Solidária disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em 22.02.2010.

SAF, Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em <http://www.mda.gov.br/saf/index.php>. Acesso em 28.09. 2008.

SANTOS, G. J. dos.; MARION, J. C. *Administração de custos na Agropecuária*. 2 ed. São Paulo. Atlas, 1996.

SCHNEIDER, Edson Pedro. Cooperativismo de Crédito: organização *sistêmica: ênfase no sistema SICREDI*. Porto Alegre: 2006.

SCHNEIDER, Marcelo K. Silva (et.al)- A gestão social das políticas públicas no meio rural.Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura e Pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, nº51, p 99 a 120. 2003.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2002

TOMELIN, Mário. O Microcrédito no Brasil. *Politiques Sociales*. Brasília. Março de 2003.

VEIGA, José Eli. Diretrizes para uma nova política agrária in: *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*, NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000, pp. 19-36.

VIEIRA, Débora. Faria. A. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008, 149p. Dissertação de Mestrado.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V Chayanov. Unicamp, Departamento de Ciências Sociais: 1989. p 10-28.

ANEXO A



Universidade de Brasília- UnB

Mestrado em Agronegócios - FAV/PROPAGA

Orientador: Mauro Eduardo Del Grossi.

Mestrando: Hernani Marques Tavares

Questionário Entrevista Beneficiário.

() Pronaf () Creditrabalho

1. Dados Pessoais.

Informações Gerais

Nome do entrevistado:

Endereço da Propriedade:

Naturalidade:

Grau de Escolaridade:

Nome dos residentes na propriedade.	Grau de Escolaridade	Local de Trabalho	Renda Média no trabalho(mensal)	Tempo dedicado ao trabalho na propriedade

Possui filhos? () Sim () Não

Quantos?	Quantos deles auxiliam nas atividades produtivas?	
----------	---	--

Há quanto tempo está no DF?	
Há quanto tempo é agricultor familiar?	
Há quanto tempo trabalha no meio rural?	

2. Informações referentes à propriedade e a produção.

Caracterização da propriedade/produção					
Qual é a área da sua propriedade?	[] ha				
Qual é a área utilizada para a produção?	[] ha				
Você é o dono da propriedade em que produz?	() Sim	() Não*			
* Qual a sua condição de exploração da propriedade?	() arrendatário	() meeiro	() parceiro	() Título de uso (assentado)	() ocupante
Nº de empregados		Permanentes		Temporários	

Tipo de moradia		
() Alvenaria*	() Madeira	
() *acabada		
() *semi-acabada		
() *em construção	() Taipa	

Produção da propriedade			Principais Insumos Utilizados
Cultura/ criação	Área/ rebanho	Produção/safra (ou por dia)	

Bens na propriedade				
Bens existentes na casa:			Foram adquiridos após o Creditrabalho/Pronaf?	
Telefone convencional fixo?	S	N	S	N
Telefone celular?	S	N	S	N
Televisão ?	S	N	S	N
Microcomputador?	S	N	S	N
Acesso a Internet?	S	N	S	N
Radio?	S	N	S	N
Geladeira?	S	N	S	N
Antena parabólica?	S	N	S	N
			Foram após/com o Creditrabalho/Pronaf?	
Carro?	☐		☐	
Estufas?	☐		☐	
Moto?	☐		☐	
Caminhão?	☐		☐	
Trator?	☐		☐	
Micro trator?	☐		☐	
Grade	☐		☐	
Arado	☐		☐	
Roçadeira	☐		☐	
Plantadeira	☐		☐	
Pulverizador	☐		☐	
Carretela	☐		☐	
Outros:	☐		☐	

3. Referentes à Renda.

Qual é a renda média da produção agrícola na propriedade ?

Houve aumento desta renda após a participação no Credittrabalho?

() Sim* () Não

*** De quanto? R\$**

Qual a composição da renda da família?	____%	Aposentadoria	% do Responsável ____%
	____%	Renda da produção agrícola	____%
	____%	Trabalho fora da propriedade	____%
	____%		____%
	100 %	Total da renda	

4. Referentes ao crédito.

Informações sobre o Credittrabalho/ Pronaf		
Como você foi informado da possibilidade de aquisição do financiamento?		
() EMATER	() Cooperativa ou associação	() Meios de Comunicação () Outros
A quantidade liberada pelo financiamento foi suficiente para atender as necessidades da sua produção ?		
() Sim	() Não	Valor que acharia suficiente?
Qual a principal dificuldade para participar do programa?		
() Docu mentação	() Avalista/ Fiador	() Garant ias
		() Outros
O que acha que pode ser feito para melhorar o		

Creditrabalho/Pronaf?**Mudanças na produção e comercialização (CUSTEIO)**

Com o programa de Crédito:

Passaram a produzir
novos produtos

()

Sim

()

Não

Quais?

Aumentaram a
quantidade produzida?

()

Sim

()

Não

Quais
produtos?Passaram a planejar a
produção para entregar
com maior frequência
para os
fornecedores/Cooperat
?

()

Sim

()

Não

Quais
produtos?Melhoraram a
qualidade da
produção?

()

Sim

()

Não

Quais
produtos?

Produção

Comercialização



Mantém



Aumenta



Diminui



Mantém



Aumenta



Diminui

Houve apoio da Cooperativa para o obtenção do Crédito?

() Não () Sim* *Como? _____

O Crédito adquirido foi para:

() Investimento *

() Custeio

Finalidade: _____

***O investimento foi para qual finalidade?**A
assistência
técnicaAdubaçã
oMaquinas/
implementosIrrigaçã
oAgric.
orgânica☐ Outros:

Péssimo

6.Observações Finais.



Universidade de Brasília- UnB

Mestrado em Agronegócios - FAV/PROPAGA

Orientador: Mauro Eduardo Del Grossi.
Mestrando: Hernani Marques Tavares

Questionário Entrevista Não Beneficiário.

1. Dados Pessoais.

Informações Gerais

Nome do entrevistado:

Endereço da Propriedade:

Naturalidade:

Grau de Escolaridade:

Nome dos residentes na propriedade.	Grau de Escolaridade	Local de Trabalho	Renda Média no trabalho(mensal)	Tempo dedicado ao trabalho na propriedade

Possui filhos? ()Sim ()Não

Quantos?	Quantos deles auxiliam nas atividades produtivas?	
----------	---	--

Há quanto tempo está no DF?	
Há quanto tempo é agricultor familiar?	
Há quanto tempo trabalha no meio rural?	

2. Informações referentes à propriedade e a produção.

Caracterização da propriedade/produção					
Qual é a área da sua propriedade?	[_____] ha				
Qual é a área utilizada para a produção?	[_____] ha				
Você é o dono da propriedade em que produz?	☐ Sim	☐ Não*			
* Qual a sua condição de exploração da propriedade?	☐ arrendatário	☐ meeiro	☐ parceiro	☐ Título de uso (assentado)	☐ ocupante
Nº de empregados		Permanentes		Temporários	

Tipo de moradia		
☐ Alvenaria* ☐ *acabada ☐ *semi-acabada ☐ *em construção	☐ Madeira ☐ Taipa	

Produção da propriedade			Principais Insumos Utilizados
Cultura/ criação	Área/ rebanho	Produção/safra (ou por dia)	

3. Referentes à Renda

Qual a composição da renda da família?	____%	Aposentadoria	% do Responsável ____%
	____%	Renda da produção agrícola	____%
	____%	Trabalho fora da propriedade	____%
	____%		____%
	100 %	Total da renda	

Bens na propriedade		
Bens existentes na casa:		
Telefone convencional fixo?	S	N
Telefone celular?	S	N
Televisão ?	S	N
Microcomputador?	S	N
Acesso a Internet?	S	N
Radio?	S	N
Geladeira?	S	N
Antena parabólica?	S	N
Carro?	☐	
Moto?	☐	
Caminhão?	☐	
Trator?	☐	
Micro trator?	☐	
Grade	☐	
Arado	☐	
Roçadeira	☐	
Plantadeira	☐	
Pulverizador	☐	
Carretela	☐	
Outros:	☐	

Qual é a renda média da produção agrícola na propriedade ?

4.Referentes aos financiamentos.

Informações sobre o Creditrabalho				
Você foi informado da possibilidade de aquisição do financiamento?				
() Não () Sim* * _____				
# Você acha que adquirir um programa de crédito atualmente lhe traria grandes benefícios?				
() Sim	() Não	Valor que acharia suficiente?		
Qual a principal motivo para não participar do programa?				
() Documentação	() Avalista/Fiador	() Garantias	() Prazos e condições de pagamentos	() Outros
Inexistindo algum dos impedimentos acima o que seria mais útil no Creditrabalho para a sua produção e qualidade de vida?				
() Juros baixos () Facilidade de aquisição () Prazos e carências para o pagamento				
() Assistência técnica do Financiamento () Outros _____				
#Se existe a necessidade, para qual modalidade você obteria o crédito				
() Investimento *		() Custeio		
Finalidade:		Finalidade		

☐ A assistência técnica	☐ Adubação	☐ Maquinas/ implementos	☐ Irrigação	☐ Agric. orgânica
☐ Outros:				

☐ A assistência técnica	☐ Adubação	☐ Maquinas/ implementos	☐ Irrigação	☐ Agric. orgânica
☐ Outros:				

Utiliza alguma outra fonte de crédito?	() SIM () NÃO
() Crédito Pessoal () Crédito de Cooperativa	
() Outros _____	

Informações sobre o Pronaf		
Você foi informado da possibilidade de aquisição do financiamento?		
() Não () Sim* * _____		
# Você necessita de crédito atualmente?		
() Sim	() Não	Valor que acharia suficiente?
Qual a principal motivo para não participar do programa?		
() Documentação	() Avalista/Fiador	() Garantias
		() Outros
Você acha que com a obtenção do crédito sua atividade rural seria melhorada? Porque?		
#Se existe a necessidade, para qual modalidade você obteria o crédito		
() Investimento *		() Custeio
Finalidade:		Finalidade:

COMPLEMENTARIEDADE DO CRÉDITO:	Obtenção: ☐ Custeio ☐ Investimento
Complemento: ☐ Custeio ☐ Investimento	Qual programa utiliza para esse complemento? _____

5.Observações Finais.
